

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	18
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	51
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	53
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	54
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2018</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	1.446.898.779
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>1.446.898.779</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2018</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2017</b>
1	Ativo Total	2.686.073	2.566.053
1.01	Ativo Circulante	360.176	195.340
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	194.791	58.213
1.01.02	Aplicações Financeiras	56.227	44.522
1.01.03	Contas a Receber	17.557	10.817
1.01.03.01	Clientes	17.557	10.817
1.01.04	Estoques	60.304	55.974
1.01.06	Tributos a Recuperar	14.053	4.106
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	14.053	4.106
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	17.244	21.708
1.01.08.03	Outros	17.244	21.708
1.01.08.03.01	Adiantamentos	16.211	20.775
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	557	457
1.01.08.03.04	Outros ativos	476	476
1.02	Ativo Não Circulante	2.325.897	2.370.713
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	107.863	111.029
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	3.497	3.421
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	3.497	0
1.02.01.04	Contas a Receber	10.728	10.175
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	10.728	10.175
1.02.01.07	Tributos Diferidos	31.426	35.454
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	30.453	35.454
1.02.01.07.02	Tributos a recuperar	973	0
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	10.356	10.457
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	10.356	10.457
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	51.856	51.522
1.02.01.10.03	Depositos Judiciais	51.856	51.522
1.02.02	Investimentos	0	2
1.02.02.01	Participações Societárias	0	2
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	0	2
1.02.03	Imobilizado	34.141	37.834
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	0	37.834
1.02.04	Intangível	2.183.893	2.221.848
1.02.04.01	Intangíveis	2.183.893	2.221.848
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.183.893	2.221.848

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2018</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2017</b>
2	Passivo Total	2.686.073	2.566.053
2.01	Passivo Circulante	219.725	605.855
2.01.02	Fornecedores	40.957	56.298
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	34.197	48.473
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	6.760	7.825
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	73.497	447.293
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	47.570	151.248
2.01.04.02	Debêntures	25.927	296.045
2.01.05	Outras Obrigações	105.271	102.264
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	32.397	9.398
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	32.397	9.398
2.01.05.02	Outros	72.874	92.866
2.01.05.02.04	Impostos,taxas e contribuições a pagar	2.469	3.997
2.01.05.02.05	Salarios,provisões e contribuições sociais	32.490	21.239
2.01.05.02.06	Concessoes de serviços publicos	2.158	1.851
2.01.05.02.07	Participações a empregados	0	14.886
2.01.05.02.08	Serviços a prestar	35.754	29.995
2.01.05.02.09	Outras obrigações	3	470
2.01.05.02.10	Instrumentos financeiros derivativos	0	20.311
2.01.05.02.12	Receita diferida	0	117
2.02	Passivo Não Circulante	1.112.946	616.345
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.043.682	549.869
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	395.717	442.807
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	395.717	442.807
2.02.01.02	Debêntures	647.965	107.062
2.02.02	Outras Obrigações	41.814	40.422
2.02.02.02	Outros	41.814	40.422
2.02.02.02.03	Concessões de serviços publicos	41.627	40.235
2.02.02.02.04	Impostos,taxas e contribuições	187	187
2.02.04	Provisões	26.554	25.100
2.02.04.02	Outras Provisões	26.554	25.100
2.02.04.02.04	Provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais	24.794	23.777
2.02.04.02.06	Outros passivos	1.760	1.323
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	896	954
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	896	954
2.03	Patrimônio Líquido	1.353.402	1.343.853
2.03.01	Capital Social Realizado	1.344.160	1.344.160
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	9.242	-307

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	185.748	375.938	200.668	412.505
3.01.01	Receita de Serviços	185.748	375.938	193.979	388.361
3.01.02	Receita de Construção	0	0	6.689	24.144
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-111.566	-221.264	-121.589	-255.708
3.02.01	Custos de serviços	-111.566	-221.264	-114.900	-231.564
3.02.02	Custo da Construção	0	0	-6.689	-24.144
3.03	Resultado Bruto	74.182	154.674	79.079	156.797
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-47.233	-94.721	-47.923	-98.341
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-47.252	-94.770	-47.933	-98.278
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	19	49	10	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0	-63
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	26.949	59.953	31.156	58.456
3.06	Resultado Financeiro	-21.025	-48.997	-26.079	-64.610
3.06.01	Receitas Financeiras	11.674	20.487	5.103	13.521
3.06.02	Despesas Financeiras	-32.699	-69.484	-31.182	-78.131
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	5.924	10.956	5.077	-6.154
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.314	-1.407	-3.855	-169
3.08.02	Diferido	-3.314	-1.407	-3.855	-169
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.610	9.549	1.222	-6.323
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	2.610	9.549	1.222	-6.323
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00200	0,00700	0,00085	0,00437
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,00200	0,00700	0,00085	0,00437

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	2.610	9.549	1.222	-6.323
4.03	Resultado Abrangente do Período	2.610	9.549	1.222	-6.323

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	135.075	140.245
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	141.042	125.826
6.01.01.01	Lucro antes dos impostos	10.956	-6.154
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	66.936	66.563
6.01.01.03	Baixa de imobilizado e intangível	10.743	22
6.01.01.05	Provisões diversas	705	2.587
6.01.01.06	Variações monetárias, cambiais e encargos -liquidas	47.124	52.240
6.01.01.09	Ajuste de operação de hedge	3.284	6.601
6.01.01.10	Outros	1.294	3.967
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-5.967	14.419
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-7.998	384
6.01.02.03	Depósitos judiciais	-334	-194
6.01.02.04	Estoques	-4.330	-19.296
6.01.02.05	Outros créditos	4.565	1.839
6.01.02.06	Fornecedores	-15.341	-973
6.01.02.07	Obrigações com empregados e administradores	-3.635	-873
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuições	-5.919	3.346
6.01.02.10	Outras obrigações a pagar	5.612	13.330
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social	-1.528	719
6.01.02.12	Partes relacionadas	22.999	16.503
6.01.02.14	Receita diferida	-58	-366
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-49.667	-31.945
6.02.01	Aquisição de intangível	-35.650	-30.079
6.02.02	Aquisição de imobilizado	-2.236	634
6.02.03	Aplicação financeira	-11.781	-2.500
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	51.170	-137.709
6.03.02	Pagamento de empréstimos e debêntures	-435.725	-82.608
6.03.03	Pagamento de juros	-41.208	-51.415
6.03.04	Captação de empréstimos e debêntures	550.000	18.000
6.03.05	Concessão de serviço público	1.698	-209
6.03.06	Liquidação de derivativos	-23.595	-21.477
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	136.578	-29.409
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	58.213	51.618
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	194.791	22.209

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.344.160	0	0	-307	0	1.343.853
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.344.160	0	0	-307	0	1.343.853
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	9.549	0	9.549
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	9.549	0	9.549
5.07	Saldos Finais	1.344.160	0	0	9.242	0	1.353.402

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.344.160	0	5.763	0	0	1.349.923
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.344.160	0	5.763	0	0	1.349.923
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-6.323	0	-6.323
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-6.323	0	-6.323
5.07	Saldos Finais	1.344.160	0	5.763	-6.323	0	1.343.600

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017</b>
7.01	Receitas	386.293	421.336
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	387.224	399.711
7.01.02	Outras Receitas	-32	24.191
7.01.02.01	Outras receitas	-32	47
7.01.02.02	Receita de construção	0	24.144
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-899	-2.566
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-121.187	-153.205
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-96	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-121.091	-129.061
7.02.04	Outros	0	-24.144
7.02.04.01	Custo da construção	0	-24.144
7.03	Valor Adicionado Bruto	265.106	268.131
7.04	Retenções	-66.936	-66.563
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-66.936	-66.563
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	198.170	201.568
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	20.487	13.521
7.06.02	Receitas Financeiras	20.487	13.521
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	218.657	215.089
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	218.657	215.089
7.08.01	Pessoal	112.000	115.439
7.08.01.01	Remuneração Direta	81.390	80.733
7.08.01.02	Benefícios	24.891	27.381
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.521	7.325
7.08.01.04	Outros	198	0
7.08.01.04.02	Outros	198	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	26.186	27.173
7.08.02.01	Federais	16.854	17.619
7.08.02.02	Estaduais	1.804	1.973
7.08.02.03	Municipais	7.528	7.581
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	70.922	78.800
7.08.03.01	Juros	55.830	56.585
7.08.03.02	Aluguéis	1.439	752
7.08.03.03	Outras	13.653	21.463
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	9.549	-6.323
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	9.549	-6.323

## METRÔRIO REVERTE PREJUÍZO E REGISTRA LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 9,5 MILHÕES NO 1º SEMESTRE DE 2018

### EBITDA AJUSTADO CRESCEU 1,4% NO MESMO PERÍODO

## DESTAQUES

**RECEITA LÍQUIDA AJUSTADA REDUZIU 3,2% NO 1S18 E 4,2% NO 2T18 EM RELAÇÃO AOS MESMOS PERÍODOS DE 2017**

- A redução da Receita Líquida, tanto no 1º semestre quanto no 2º trimestre, é explicada pelo menor volume de passageiros transportados.
- A queda no fluxo de passageiros reflete a crise econômica no Estado do Rio de Janeiro, que tem provocado altas taxas de desemprego.

**EBITDA AJUSTADO AUMENTOU 1,4% NO 1S18 DEVIDO À MAIOR EFICIÊNCIA EM CUSTOS E DESPESAS**

- O crescimento do EBITDA do 1S18 x 1S17 é explicado pela eficiência em custos e despesas, mais do que compensando a menor Receita Líquida.
- No resultado do 2T18 versus 2T17, a queda da Receita Líquida foi mais acentuada e, por isso, houve redução no EBITDA Ajustado.

**LUCRO LÍQUIDO DO 1S18 FOI DE R\$ 9,5 MILHÕES, REVERTENDO PREJUÍZO VERIFICADO NO MESMO PERÍODO DE 2017**

- O aumento do EBITDA Ajustado e a melhora no Resultado Financeiro Líquido fizeram com que o prejuízo do 1S17 fosse revertido para Lucro no 1S18.
- O resultado do 2T18 também aumentou na comparação com o 2T17, refletindo a melhora do Resultado Financeiro.

Indicadores Selecionados (Milhões)	2T18	2T17	▲	1S18	1S17	▲
PAX Pagantes - L1 e L2	42,3	44,9	-5,8%	85,9	91,6	-6,1%
Receita Líquida Ajustada <sup>1</sup>	185,8	194,0	-4,2%	375,9	388,4	-3,2%
EBITDA Ajustado <sup>2</sup>	60,8	64,5	-5,7%	126,9	125,0	1,4%
Lucro/Prejuízo do Exercício	2,6	1,2	116,7%	9,5	(6,3)	250,8%

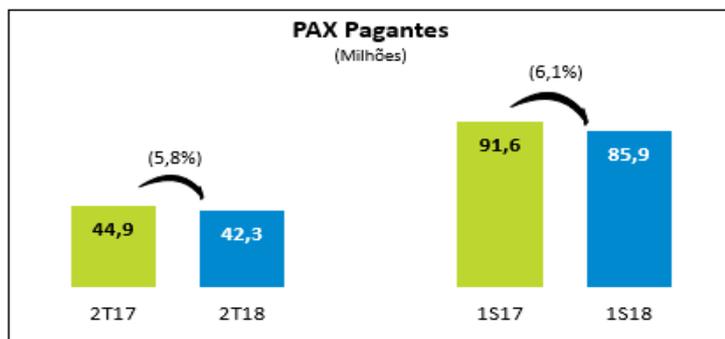
<sup>1</sup> Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção

<sup>2</sup> Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e Custo e Construção

Rio de Janeiro, 09 de agosto de 2018. A Concessionária Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio, empresa do Grupo Invepar, divulga os resultados do 2T18 e do 1S18. Foram realizadas comparações com os mesmos períodos de 2017, conforme indicado. As informações são apresentadas com base em números, extraídos das informações contábeis intermediárias revisadas pelos auditores independentes, com exceção das informações operacionais, de mercado e investimentos.

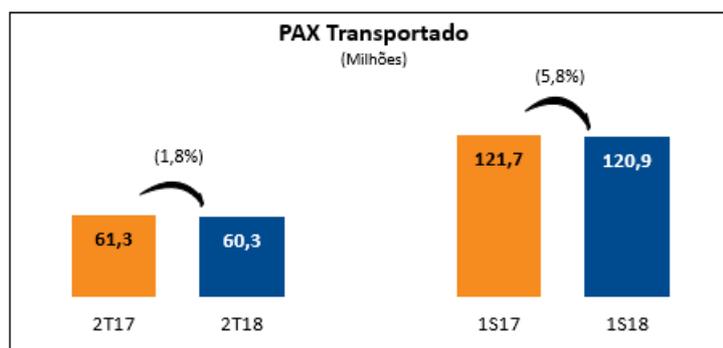
## DESEMPENHO OPERACIONAL

Desempenho Operacional (Milhões)	2T18	2T17	▲	1S18	1S17	▲
MetrôRio – PAX Transportados - L1, L2 e L4	60,3	61,3	-1,8%	120,9	121,7	-0,7%
MetrôRio – PAX Pagantes - L1 e L2	42,3	44,9	-5,8%	85,9	91,6	-6,1%



No 2T18, as Linhas 1 e 2 do MetrôRio transportaram 42,3 milhões de passageiros pagantes, o que representa uma queda de 5,8% em relação ao 2T17. No resultado semestral, verifica-se desempenho semelhante, com queda de 6,1% no volume de pagantes transportados, totalizando 85,9 milhões de passageiros. Este comportamento de queda tem ocorrido

devido à crise econômica que afeta a cidade do Rio de Janeiro. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, do IBGE divulgada em de maio de 2018, aponta que a taxa da população desocupada do Rio de Janeiro permanece elevada, na faixa 15,0%.



Em relação ao volume total de passageiros transportados (pagantes e não pagantes), verifica-se queda menos acentuada, explicada pelo volume de passageiros que trafegam pela Linha 4, que apresenta curva de demanda em crescimento, dado que está em período de maturação.

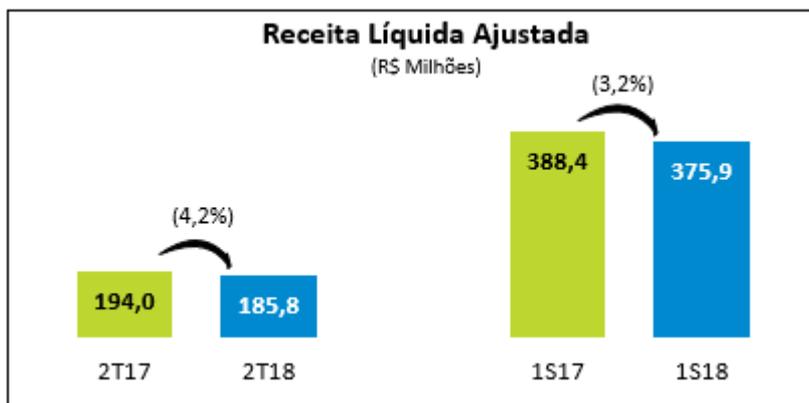
No 2T18, as Linhas 1, 2 e 4 transportaram 60,3 milhões de passageiros, uma queda de 1,8% em relação ao mesmo período de 2017. Em relação ao desempenho acumulado, foram 120,9 milhões de passageiros transportados no primeiro semestre de 2018, o que representou uma redução de 0,7% em relação a 1S17.

## DESEMPENHO FINANCEIRO

### RECEITA OPERACIONAL

Receita Operacional (R\$ Milhões)	2T18	2T17	▲	1S18	1S17	▲
<b>Receita Bruta</b>	<b>191,4</b>	<b>206,3</b>	<b>-7,3%</b>	<b>387,2</b>	<b>423,9</b>	<b>-8,6%</b>
Receitas Tarifárias	180,8	189,6	-4,6%	366,6	379,1	-3,3%
Receitas Não Tarifárias	10,6	10,0	5,0%	20,6	20,7	0,0%
Receita de Construção (IFRS)	-	6,7	n.m	-	24,1	n.m
<b>Receita Bruta Ajustada<sup>1</sup></b>	<b>191,4</b>	<b>199,6</b>	<b>-4,2%</b>	<b>387,2</b>	<b>399,7</b>	<b>-3,1%</b>
Deduções da Receita Bruta	(5,6)	(5,6)	0,0%	(11,3)	(11,4)	-0,9%
<b>Receita Líquida Ajustada<sup>1</sup></b>	<b>185,8</b>	<b>194,0</b>	<b>-4,2%</b>	<b>375,9</b>	<b>388,4</b>	<b>-3,2%</b>

<sup>1</sup> Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção



A Receita Líquida Ajustada do 2T18 foi de R\$ 185,8 milhões, uma redução de 4,2% comparada ao 2T17. Em relação ao desempenho acumulado, a Receita Líquida Ajustada atingiu R\$ 375,9 milhões no primeiro semestre de 2018, o que representa uma queda de 3,2% frente ao ano anterior. Em ambos os períodos, essa redução pode ser explicada, principalmente,

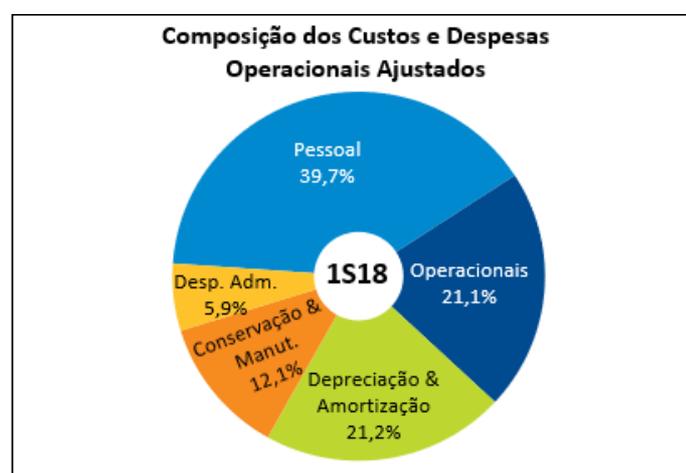
pela queda do número de passageiros em função das elevadas taxas de desemprego vivenciadas durante a atual crise econômica vivida pelo Estado do Rio de Janeiro. Este resultado foi parcialmente compensado pelo reajuste contratual da tarifa, ocorrida em abril de 2017, saindo de R\$ 4,10 para R\$ 4,30.

## CUSTOS E DESPESAS

Custos e Despesas (R\$ Milhões)	2T18	2T17	▲	1S18	1S17	▲
Pessoal	(62,4)	(65,7)	-5,2%	(125,4)	(130,7)	-4,1%
Conservação & Manutenção Operacionais	(20,2)	(17,9)	12,3%	(38,3)	(35,7)	7,0%
Despesas Administrativas	(8,7)	(14,1)	-39,0%	(18,6)	(30,1)	-38,3%
Depreciação & Amortização	(33,6)	(33,3)	0,9%	(66,9)	(66,6)	0,6%
<b>Custos &amp; Despesas Operacionais Ajustadas<sup>1</sup></b>	<b>(158,7)</b>	<b>(162,8)</b>	<b>-2,6%</b>	<b>(316,0)</b>	<b>(329,9)</b>	<b>-4,2%</b>
Custo de Construção (IFRS)	-	(6,7)	n.m	-	(24,1)	n.m
<b>Custos &amp; Despesas Operacionais</b>	<b>(158,7)</b>	<b>(169,5)</b>	<b>-6,4%</b>	<b>(316,0)</b>	<b>(354,0)</b>	<b>-10,8%</b>

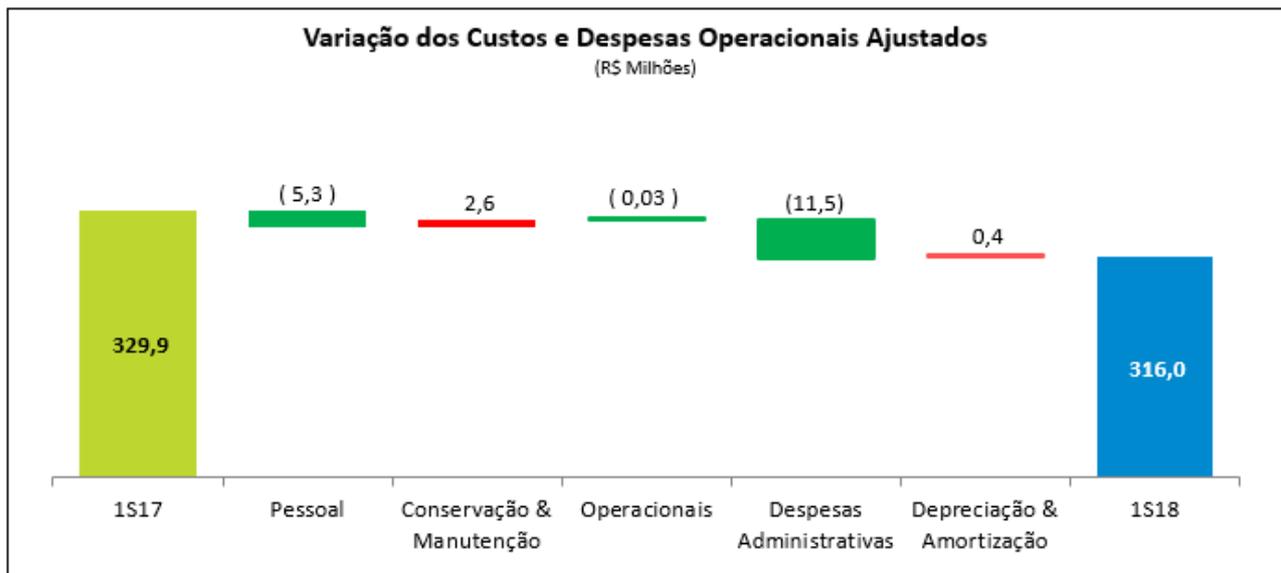
<sup>1</sup> Desconsidera os impactos do IFRS em relação ao Custo de Construção

Em 2016, a controladora Invepar iniciou processo de centralização e padronização de processos-chave no âmbito de Projeto de Transformação ainda em curso. Este projeto tem como objetivo a racionalização e concentração de atividades e áreas das empresas do Grupo Invepar, permitindo ganhos de escalas que impactam diretamente em maior eficiência em custos e despesas. Foram criadas 16 frentes de trabalho para analisar e redesenhar processos, buscando sinergias, otimização de recursos, redução de custos e melhoria de gestão e controle.



Os Custos e Despesas Operacionais Ajustados tiveram uma redução de 4,2% no 1S18 comparado ao 1S17. No resultado do 2º trimestre também verifica-se queda, de 2,6%, em relação ao 2T17. A redução linha de Pessoal pode ser explicada, principalmente, pela concentração de processos na figura da Holding. Despesas Operacionais e Administrativas também reduziram, em função de uma série de revisões e renegociações contratuais. Além disso, após consultoria especializada, alguns processos judiciais foram reclassificados, diminuindo as

provisões para perdas. Custos Operacionais ficaram maiores, devido ao reajuste de cerca de 10,6% na tarifa de energia elétrica, empregado em março de 2018. Conservação & Manutenção aumentaram devido à despesas extraordinárias no Centro de Manutenção. Depreciação & Amortização de investimentos realizados em períodos anteriores fizeram com que esta linha aumentasse entre os períodos analisados.

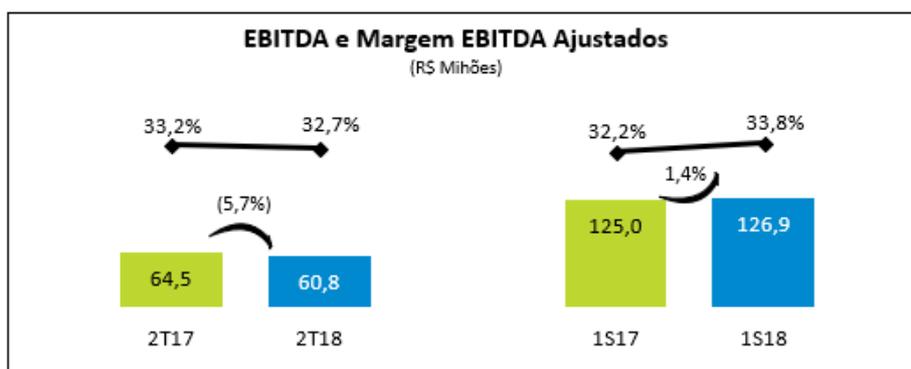


## EBITDA E MARGEM EBITDA

EBITDA e Margem EBITDA (R\$ Milhões)	2T18	2T17	▲	1S18	1S17	▲
<b>EBIT</b>	<b>27,1</b>	<b>31,2</b>	<b>-12,9%</b>	<b>60,0</b>	<b>58,5</b>	<b>2,6%</b>
(+) Depreciação & Amortização	33,6	33,3	0,9%	66,9	66,6	0,6%
<b>EBITDA<sup>1</sup></b>	<b>60,8</b>	<b>64,5</b>	<b>-5,7%</b>	<b>126,9</b>	<b>125,0</b>	<b>1,4%</b>
<b>Ajustes</b>	-	-	<b>n.m.</b>	-	-	<b>n.m.</b>
(-) Receita de Construção (IFRS)	-	(6,7)	n.m	-	(24,1)	n.m
(+) Custo de Construção (IFRS)	-	6,7	n.m	-	24,1	n.m
<b>EBITDA Ajustado<sup>2</sup></b>	<b>60,8</b>	<b>64,5</b>	<b>-5,7%</b>	<b>126,9</b>	<b>125,0</b>	<b>1,4%</b>
<b>Receita Líquida Ajustada</b>	<b>185,8</b>	<b>194,0</b>	<b>-4,2%</b>	<b>375,9</b>	<b>388,4</b>	<b>-3,2%</b>
<b>Margem EBITDA (%) Ajustada</b>	<b>32,7%</b>	<b>33,2%</b>	<b>-0,5 p.p</b>	<b>33,8%</b>	<b>32,2%</b>	<b>+1,6 p.p</b>

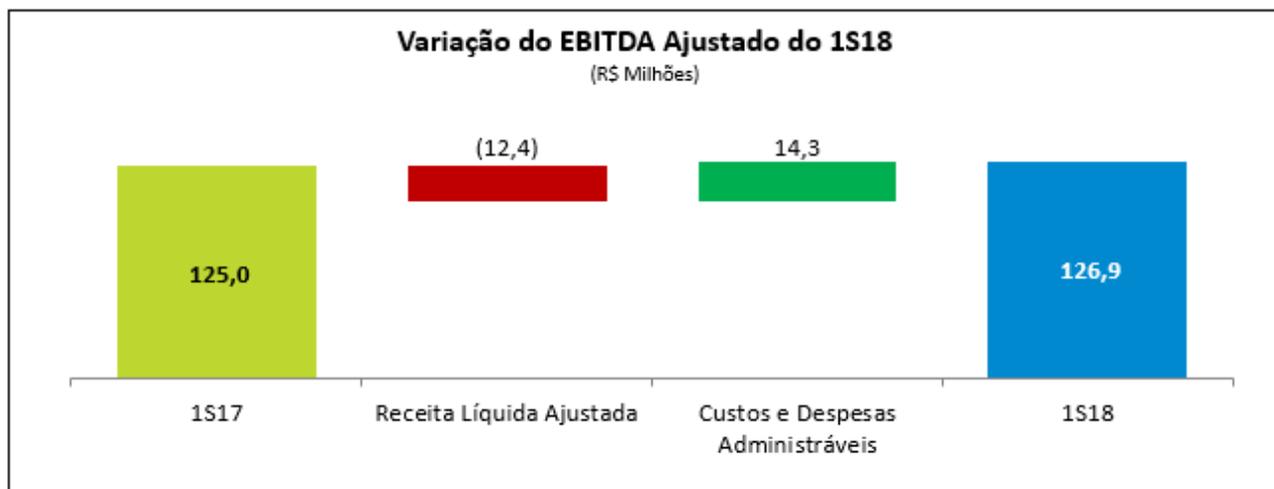
<sup>1</sup> Instrução CVM Nº527/12

<sup>2</sup> Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e Custo de Construção



O EBITDA Ajustado totalizou R\$ 126,9 milhões no 1º semestre de 2018, um aumento de 1,4% em relação ao apurado no mesmo período de 2017. Este aumento ocorreu, principalmente, pela redução dos Custos e Despesas, sendo suficiente

para neutralizar a perda de 3,2% na Receita Líquida. A Margem EBITDA Ajustada atingiu 33,8%, uma variação positiva de 1,6 p.p. em comparação ao 1º semestre de 2017. Na comparação dos resultados do 2T18 e 2T17, verifica-se queda de 5,7% no EBITDA Ajustado, explicada pela redução de 4,2% na Receita Líquida, parcialmente mitigado pela eficiência em Custos e Despesas Administráveis, que cederam 3,5% no mesmo período.



## RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro (R\$ Milhões)	2T18	2T17	▲	1S18	1S17	▲
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(21,0)</b>	<b>(26,2)</b>	<b>-19,2%</b>	<b>(49,0)</b>	<b>(64,6)</b>	<b>-23,4%</b>
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>11,7</b>	<b>5,0</b>	<b>132,0%</b>	<b>20,5</b>	<b>13,5</b>	<b>51,1%</b>
Juros	10,2	4,4	129,5%	13,8	8,9	53,9%
Variação monetária e cambial	1,5	0,6	150,0%	6,7	4,6	45,7%
Outros	(0,0)	-	n.m	(0,0)	-	n.m
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(32,7)</b>	<b>(31,2)</b>	<b>4,5%</b>	<b>(69,5)</b>	<b>(78,1)</b>	<b>-11,1%</b>
Juros	(34,8)	(24,8)	40,3%	(57,9)	(56,6)	2,3%
Operações de Hedge	(0,0)	2,7	n.m	(3,3)	(6,6)	-51,5%
Variação monetária e cambial	2,7	(8,1)	-133,3%	(6,5)	(12,9)	-50,4%
Outros	(0,6)	(1,0)	-50,0%	(1,8)	(2,0)	-10,0%

No primeiro semestre de 2018, o Resultado Financeiro Líquido do MetrôRio apresentou uma melhora de 23,4% em relação ao primeiro semestre de 2017. No resultado trimestral também melhorou, com ganho de 19,2% na comparação do 2T18 com o 2T17.

Inflação, Câmbio e Juros	1S18	1S17	▲
Dólar Final do Período	3,86	3,31	16,5%
CDI Final do Período	6,39%	10,14%	-37,0%
CDI Acumulado Últimos 12 meses	7,35%	12,81%	-42,6%
TJLP Final do Período	6,60%	7,00%	-5,7%
TJLP Média Últimos 12 meses	6,84%	7,38%	-7,3%
TR Final do Período	0,00%	0,00%	-
TR Média Últimos 12 meses	0,00%	0,00%	-

• **Receitas Financeiras:** O aumento da Receita Financeira tanto no 2T18 quanto no 1S18, é explicado pelos maiores ganhos com variação cambial sobre aplicação financeira (fundo cambial - FIC) e com rentabilidade das aplicações, dada a maior posição de caixa.

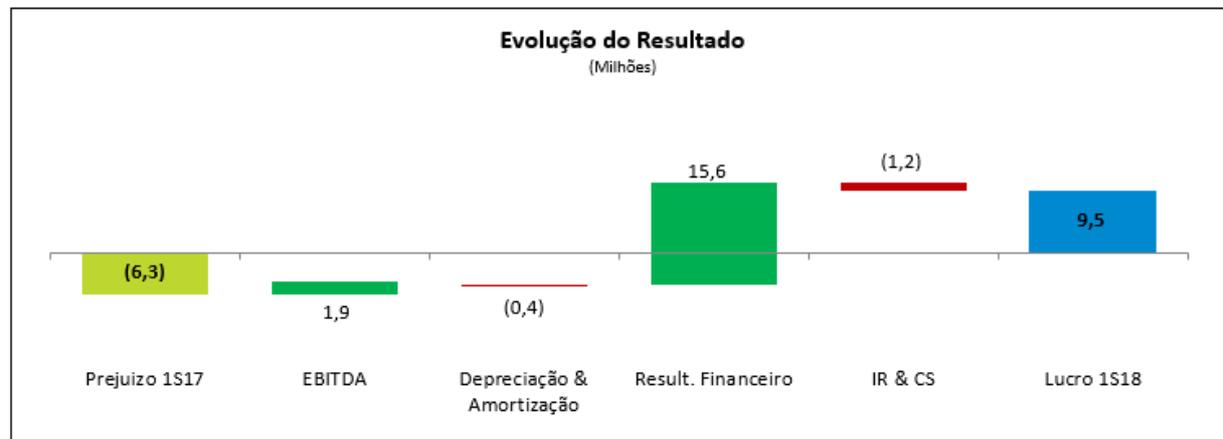
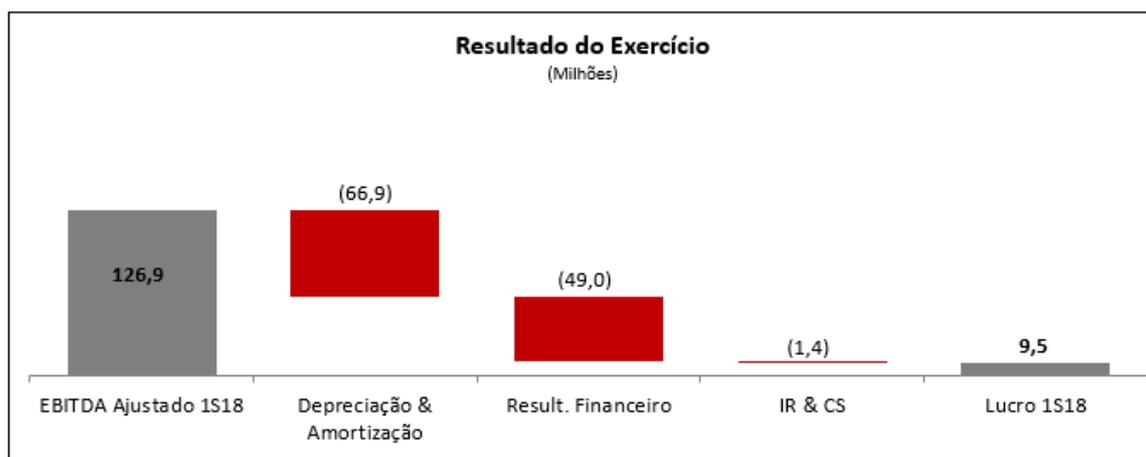
• **Despesas Financeiras:** O resultado com Operações de *Hedge* foi beneficiado pela valorização do Dólar ao final do 2T18. Variações monetária e cambial melhoraram devido à redução do passivo designado para contingências. Juros aumentam ligeiramente entre os períodos analisados devido, principalmente, à maior Dívida Bruta.



## RESULTADO DO EXERCÍCIO

Resultado do Exercício (R\$ Milhões)	2T18	2T17	▲	1S18	1S17	▲
<b>Lucro/Prejuízo do Exercício</b>	<b>2,6</b>	<b>1,2</b>	<b>116,7%</b>	<b>9,5</b>	<b>(6,3)</b>	<b>250,8%</b>

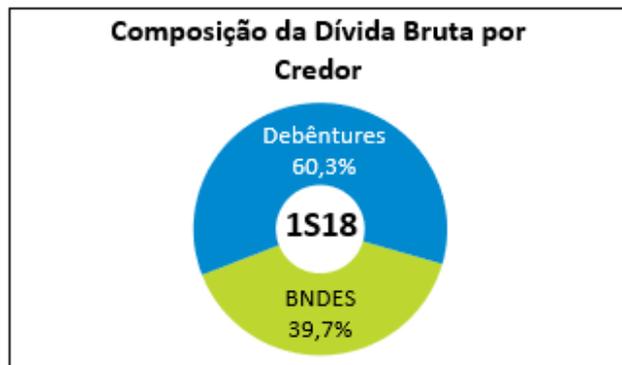
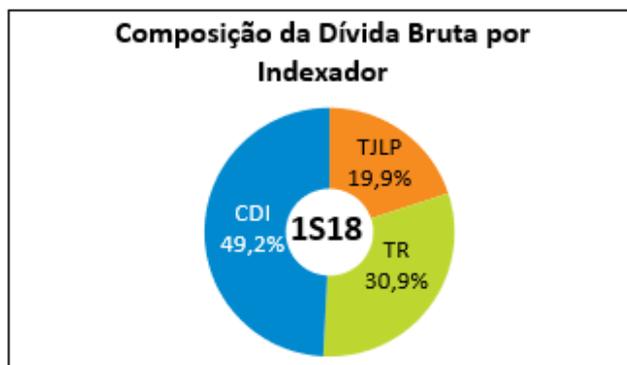
No 1S18, o MetrôRio apurou Lucro Líquido de R\$ 9,5 milhões, revertendo prejuízo de R\$ 6,3 milhões registrado no mesmo período de 2017. O resultado do 2T18 foi de Lucro Líquido de R\$ 2,6 milhões, superior ao R\$ 1,2 milhão registrado no 2T17. Este resultado reflete a maior eficiência em custos e despesas, impactando em um aumento no EBITDA, e o melhor Resultado Financeiro Líquido.



## DISPONIBILIDADES E ENDIVIDAMENTO

Disponibilidades e Endividamento (R\$ Milhões)	1S18	1S17	▲
<b>Dívida Bruta</b>	<b>(1.117,1)</b>	<b>(1.027,1)</b>	<b>8,8%</b>
<b>Curto Prazo</b>	<b>(73,4)</b>	<b>(481,2)</b>	<b>-84,7%</b>
Empréstimos e Financiamentos	(47,5)	(186,1)	-74,5%
Debêntures	(25,9)	(295,0)	-91,2%
<b>Longo Prazo</b>	<b>(1.043,7)</b>	<b>(545,9)</b>	<b>91,2%</b>
Empréstimos e Financiamentos	(395,7)	(431,6)	-8,3%
Debêntures	(648,0)	(114,3)	466,8%
<b>Disponibilidades</b>	<b>254,5</b>	<b>77,4</b>	<b>228,8%</b>
Caixa e equivalentes de caixa	194,8	22,2	777,0%
Aplicações Financeiras	59,7	55,2	8,2%
<b>Dívida Líquida</b>	<b>(862,6)</b>	<b>(949,7)</b>	<b>-9,2%</b>

A Dívida Bruta do MetrôRio ao final do 1S18 foi de R\$ 1,2 bilhão. No 1S18, a Companhia fez a sua 8ª emissão de Debêntures, no valor de R\$ 550,0 milhões e com vencimento em 2023. A maior parte dos recursos obtidos com esta emissão foi empregado na liquidação de outras dívidas, como a 6ª e 7ª emissões de debêntures. Assim, o impacto final na Dívida Bruta foi de 8,8% quando comparado ao montante do 1S17. No mesmo período, houve redução de 9,2% na Dívida Líquida, registrando R\$ 862,6 milhões, explicada pela maior geração de caixa no período.



## PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

No 1S18, foram investidos R\$ 34,2 milhões, com destaque para os seguintes projetos: Programa Zona de Manobra na Pavuna, Obras de Artes Especiais – Viadutos Linha 2 e Revitalização de Material Rodante, com foco na recuperação de truques.

R\$ Milhões	1S18	1S17	▲
Adição ao Imobilizado	1,7	3,6	-51,4%
Adição ao Intangível (Software & Outros)	0,1	0,9	-87,5%
Investimentos na Concessão	34,2	25,3	34,8%
(-) Transações não Caixa	(1,9)	(12,6)	-85,7%
<b>Total Investido</b>	<b>34,2</b>	<b>17,2</b>	<b>99,4%</b>

## SOBRE A COMPANHIA

### METRÔRIO

Inaugurado em março de 1979, o metrô do Rio de Janeiro começou transportando meio milhão de pessoas, em uma média diária de 60 mil usuários. Em 1998, a empresa MetrôRio assumiu a administração e a operação das Linhas do metrô carioca e em dezembro de 2009 passou a fazer parte do Grupo Invepar.



O MetrôRio é o concessionário e tem sob seu controle a administração, manutenção e operação das Linhas 1 (laranja) e 2 (verde) com um total de 36 estações do sistema metroviário do Rio de Janeiro e 42 quilômetros de extensão, além de ser o operador da Linha 4 (amarela), embora não sendo o concessionário, com 12,7 quilômetros de extensão e 5 estações. Em 2007, o poder concedente estendeu o prazo de concessão do MetrôRio em 20 anos. Com isso, a empresa passou a ter como obrigação contratual investir mais de R\$ 1 bilhão no sistema de metrô. Foi como consequência desse movimento, por exemplo, que o MetrôRio adquiriu os 19 novos trens, cuja entrada em operação se deu em 2013. Em 2014, a empresa concluiu suas obrigações contratuais de

investimentos relacionadas à extensão do contrato.

## **SOBRE A INVEPAR**

Um dos maiores grupos de infraestrutura do Brasil, a Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – Invepar, atua no segmento de infraestrutura em transportes, com foco em gestão e operação de rodovias, sistemas de mobilidade urbana e aeroportos.

## CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔRIO

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO PERÍODO DE TRÊS E SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

---

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

##### 1.1. Operações da Companhia

A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (“MetrôRio” ou “Companhia”) foi constituída sob a forma de “sociedade por ações” em 20 de agosto de 2008, com prazo indeterminado, tendo por objeto a prestação de serviços de transporte metroviário no Rio de Janeiro, podendo manter filiais, agências ou representações, em qualquer localidade do país ou do exterior. A Companhia tem sede na Avenida Presidente Vargas 2.000, Rio de Janeiro - RJ. A Companhia possui registro como Companhia Aberta junto a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, mas não possui ações negociadas em Bolsa de Valores.

Com o processo de otimização da estrutura societária ocorrido em 2009, a Companhia passou a ser uma empresa de transporte urbano de passageiros. O MetrôRio detém o direito exclusivo de operar e explorar as concessões das Linhas 1 e 2 do metrô da cidade do Rio de Janeiro por meio da arrecadação derivada da venda de passagens de diversos serviços, inclusive de viagens integradas com operadoras de outros modais de transporte, nos termos do Edital de Leilão PED/ERJ no 01/97-Metrô, do respectivo Contrato de Concessão e de seus aditivos, esses últimos firmados entre o MetrôRio e o Governo do Estado do Rio de Janeiro (Poder Concedente).

Além da receita com passagens, o MetrôRio faz jus a receitas acessórias, dentre as quais, de exploração comercial de espaços disponíveis nas áreas objeto da concessão, podendo participar como sócia ou acionista em outras sociedades, desde que estas atividades complementares não afetem adversamente a prestação dos serviços de transporte metroviário de passageiros.

A Companhia é controlada pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar, que detém a totalidade do capital.

O MetrôRio é responsável por administrar, operar, conservar, manter e reparar o sistema metroviário do Rio de Janeiro. Como parte da concessão, o Poder Concedente transferiu ao MetrôRio a posse dos bens destinados e vinculados à prestação dos serviços, dentre eles: imóveis, trens e demais bens, sendo responsabilidade do MetrôRio zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos.

Em 27 de dezembro de 2007, o MetrôRio firmou com o Poder Concedente o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, prorrogando a concessão, sob condição resolutiva, até 27 de janeiro de 2038.

A prorrogação da concessão se deu em contrapartida a: (i) investimentos a serem realizados pelo MetrôRio, a título de pagamento da outorga da concessão, na implementação de novas estações metroviárias, aquisição de novos trens e modernização das operações; (ii) composição de litígios até então existentes entre a Concessionária, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia do Metropolitan do Rio de Janeiro - CMRJ (em liquidação) e a Companhia de Transportes Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS; e (iii) assunção de obrigações de parte a parte, tais como: Concessionária: prestar serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários; manter, durante todo o

## Notas Explicativas

período da concessão, pessoal técnico e administrativo, próprio ou de terceiros, legalmente habilitado; prestar contas da gestão do serviço à AGETRANSP e aos usuários, manter os seguros compatíveis com suas responsabilidades para com o Estado; zelar pela integridade dos bens vinculados à concessão; Estado: regulamentar os serviços concedidos; intervir na concessão para garantir a adequada prestação dos serviços; reajustar e revisar a tarifa básica; indenizar a concessionária por perdas que venha a ter em razão da não recomposição do equilíbrio econômico-financeiro e em razão da falta de reajuste ou revisão das tarifas; entregar à Concessionária toda documentação técnica, aí incluídos lista de bens reversíveis; autorizar a Concessionária, com recursos financeiros próprios, a importar e/ou adquirir os bens considerados reversíveis.

No evento da extinção do Contrato de Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, bem como direitos e privilégios vinculados à Concessão. O MetrôRio terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou não depreciado dos bens ou investimentos que ele tenha feito ao longo do período em que explorar a respectiva Concessão, respeitando os termos do Parágrafo 22º, da Cláusula 17ª do Aditivo.

O Contrato de Concessão foi classificado como ativo intangível à medida em que a Companhia possui o direito de cobrar pela prestação dos serviços públicos. Este direito não constitui direito incondicional de receber caixa, uma vez que os valores a serem recebidos derivam da utilização dos serviços públicos prestados pela Companhia.

O Contrato de Concessão determinava, e o Aditivo manteve, no mês de abril, o reajuste anual da tarifa unitária de acordo com a variação do Índice Geral de Preços-Mercado (“IGP-M”), conforme divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

Em julho de 2013 foi assinado o contrato de Operação e Manutenção (OeM), firmado entre o MetrôRio, MetrôBarra, Concessionária Rio Barra (CRB) e o poder concedente (interveniente), onde o MetrôRio fica incumbido de executar a operação e manutenção da Linha 4 (trecho General Osório 2 até Jardim Oceânico) após o término das obras civis, o término das instalações dos sistemas de sinalização e da aquisição dos trens. Tal contrato, regula a operação e manutenção da Linha 4 e define a remuneração da Companhia para este serviço.

Em 1 de agosto de 2016 ocorreu o início da Operação Especial Olímpica na Linha 4 para portadores de ingressos que possuíam o Cartão Olímpico e Família Olímpica: atletas, organizadores e imprensa oficial dos Jogos Olímpicos. Em 19 de setembro de 2016, a Linha 4 entrou em operação para o público em geral. A Linha 4 tem a extensão atualmente de 12,7 km e liga o Jardim Oceânico, na Barra da Tijuca (Zona Oeste), à Estação General Osório, em Ipanema (Zona Sul). A entrada em operação da Linha 4 efetivou o contrato de Operação e Manutenção.

Em 30 de junho de 2018, a Companhia possui capital circulante líquido positivo de R\$140.449 (R\$410.513, negativo, em 31 de dezembro de 2017).

### 1.2. Diligência em Acionistas, Controladora e Partes Relacionadas

No dia 5 de setembro de 2016 foram cumpridos mandados de busca e apreensão na sede da controladora Invepar e na sede da coligada GRUPAR, no âmbito da “Operação Greenfield”. A Invepar celebrou, em 13 de setembro de 2016, Termo de Compromisso com o Ministério Público Federal e com a Polícia Federal, com a finalidade de colaborar com as investigações. Até onde é do conhecimento da Administração da Invepar, as investigações prosseguem, mantendo a Companhia, no entanto, seu curso

## Notas Explicativas

normal de negócios.

### 2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS (INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS)

A Administração da Sociedade autorizou a conclusão da preparação destas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) em 09 de agosto de 2018, que compreendem:

As informações contábeis intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não tiveram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 02 às Demonstrações Contábeis Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (doravante denominadas de “Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2017”), publicadas na imprensa oficial em 23 de março de 2018.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017.

#### 2.1 Adoção das IFRSs novas e revisadas

a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

IFRS 16 - Leasing – estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil. As alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória. A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e os mesmos não representam impactos relevantes em suas informações contábeis intermediárias.

### 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado
	30/06/2018	31/12/2017	31/12/2017
Caixa e bancos	10.548	15.960	15.962
Certificados de depósitos bancários – CDB(a)	17.292	10.948	10.948
Fundo MOVER (b)			
Letras financeiras de tesouro	138.315	25.334	25.334
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional	13.959	5.971	5.971
Certificado de depósito bancário - CDB	14.677	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	<u>194.791</u>	<u>58.213</u>	<u>58.215</u>

(a) A Companhia possui aplicações financeiras de liquidez imediata, com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. Tais aplicações financeiras podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis em

## Notas Explicativas

prazo inferior a três meses da data das respectivas aplicações. A rentabilidade destas aplicações são em média de 99,07% do CDI (93,16% do CDI em 31 de dezembro de 2017).

(b) Fundo de Investimento CAIXA Mover - é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e com possibilidade de resgate a qualquer momento. Destina-se, exclusivamente, a acolher investimentos da INVEPAR e/ou sempre mediante prévia autorização da INVEPAR, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, destina-se também a administração e a gestão da carteira e a controladoria de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do FUNDO são realizadas pela Caixa Econômica Federal. Fazem parte deste fundo, além da INVEPAR, CLN, METRÓRIO, METROBARRA, VIA040, CART e a LAMSA. A rentabilidade do fundo éequivalente a 99,07% do CDI (98,87% do CDI em 31 de dezembro de 2017).

### 4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Taxa do CDI	Indexador	Controladora		Consolidado
			30/06/2018	31/12/2017	31/12/2017
Aplicações financeiras vinculadas:					
Fundo cambial exclusivo (a)		DÓLAR	56.227	44.522	44.522
Total circulante			56.227	44.522	44.522
Aplicações financeiras vinculadas:					
Certificado de depósitos bancários - CDB	96,15%	DI	3.497	3.421	3.421
Total não circulante (b)			3.497	3.421	3.421
Aplicações financeiras			59.724	47.943	47.943

(a) Nos termos do contrato de financiamento e repasse obtido junto a Caixa Econômica Federal, os recursos destinados ao fluxo de pagamento das obrigações constituídas nos termos do contrato de concessão (aquisição de novos trens) devem ser alocados em conta bancária específica para este fim e podem ser resgatados antes do vencimento.

(b) As aplicações financeiras de longo prazo somam R\$3.497 e estão vinculadas a processos judiciais, garantia de empréstimos e financiamentos e do contrato de concessão.

De acordo com os termos da Cláusula 8ª, Parágrafo 3º, do Sexto Termo Aditivo, em 30 de junho de 2018, a Companhia registrou o saldo de Modicidade tarifária, em conta contábil específica, para fins de fiscalização do Estado, o montante destinado para realização de melhorias extraordinárias no sistema metroviário da Cidade do Rio de Janeiro, no total de R\$19.835.

### 5. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado
	30/06/2018	31/12/2017	31/12/2017
Circulante			
Venda de passagens (a)	13.706	6.984	6.984
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios (b)	9.624	9.154	9.154
Outros títulos a receber	710	732	732
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (b)	(6.483)	(6.053)	(6.053)

**Notas Explicativas**

Créditos a receber circulante – líquido	17.557	10.817	10.817
Não circulante			
Recebíveis do GERJ (c)	13.353	12.735	12.735
Outros títulos a receber (a)	3.069	3.069	3.069
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (c)	(5.694)	(5.694)	(5.694)
Valores a receber – ET-Pós			
Recebíveis do GERJ (d)	15.149	14.939	14.939
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (d)	(15.149)	(14.874)	(14.874)
Créditos a receber não circulante - líquido	10.728	10.175	10.175
Total do contas a receber	<u>28.285</u>	<u>20.992</u>	<u>20.992</u>

Os valores relativos a créditos a receber são:

- (a) Receita de passagens a receber da Fetranspor, integrações, Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Não constituímos provisão para a parcela da receita referente aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, devido o reconhecimento da dívida por parte do Comitê dos Jogos em questão e portanto perspectiva de recebimento;
- (b) Receita acessória (contratos com terceiros de cessão de espaço e veiculação de anúncios);
- (c) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro, referentes a gratuidade estudantil, Jornada Mundial da Juventude (JMJ), Copa das Confederações e Copa do Mundo. As gratuidades estudantis vêm sendo recebidas parcialmente. No entanto, todos os valores em aberto encontram-se em negociação com o Estado, via Revisão Quinquenal (prevista no contrato de concessão), ou por vias administrativas.
- (d) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro, referentes aos processos ET- Pós, conforme exigência 6º termo aditivo da Concessão. O descasamento entre a parcela reconhecida e provisionada existe devido o custeio dos processos, que são incorporados e posteriormente avaliados quanto a sua recuperabilidade e devidamente provisionado, se aplicável.

	Total	Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	Saldo a vencer e sem perda por redução de valor recuperável	< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	121-150 dias	151-180 dias	> 180 dias
30 de junho de 2018	40.462	(12.177)	6.195	9.268	999	2.260	461	3.248	560	17.471*
31 de dezembro de 2017	32.674	(11.747)	9.564	286	110	279	-	102	101	22.232*

\* Demonstrado eliminando o impacto dos montantes de valores a receber referentes aos processos ET-Pós demonstrados na nota 5(d).

Em 30 de junho de 2018 as perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	30 de junho de 2018						
	< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	121 - 150 dias	151 - 180 dias	> 180 dias
(12.177)	(47)	(25)	(41)	(124)	(163)	(163)	(11.614)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	31 de dezembro de 2017						
	< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	> 121 - 150 dias	> 151 - 180 dias	> 180 dias
(11.747)	-	-	-	(158)	(102)	(100)	(11.387)

**Notas Explicativas**

	Controladora		Consolidado
	30/06/2018	31/12/2017	31/12/2017
Movimentação nas perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa			
Saldo no início do exercício	(11.747)	(9.424)	(9.424)
Adições	(1.157)	(24.142)	(24.142)
Reversões	726	6.853	6.853
Baixas	1	14.966	14.966
Saldo no fim do exercício	(12.177)	(11.747)	(11.747)

As perdas são constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, levando em consideração o valor dos recebíveis em aberto a partir de 91 dias e o histórico de perdas com contas a receber.

Estado do Rio de Janeiro - Gratuidades a compensar - Lei nº 4.510/05 e Lei nº 5.359/08

Em 23 de dezembro de 2008, através da Lei nº 5.359/08, o Governo do Estado do Rio de Janeiro alterou o Art. 6º da Lei nº 4.510/05, onde definiu que a isenção concedida por essa Lei será custeada diretamente pelo Estado, por meio de repasse de verba da Secretaria de Estado de Educação e da Secretaria de Estado de Assistência Social e de Direitos Humanos, em procedimento a ser regulamentado pelo Poder Executivo. Adicionalmente, a Lei nº 5.359/08 estabeleceu que o valor de R\$1,00, correspondente ao valor de cada viagem realizada, será atualizado na mesma data e na mesma proporção da tarifa praticada nas linhas e serviços de transportes coletivos de passageiros do Estado do Rio de Janeiro. A Companhia encontra-se no aguardo da publicação do referido regulamento, notadamente no que se refere ao ressarcimento do vale social.

**6. ESTOQUES**

	Controladora		Consolidado
	30/06/2018	31/12/2017	31/12/2017
Materiais auxiliares, de manutenção e bilhetes	60.304	55.974	55.974
Total	60.304	55.974	55.974

**7. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES****a) Tributos a recuperar**

	Controladora		Consolidado
	30/06/2018	31/12/2017	31/12/2017
Antecipação do imposto de renda e contribuição social	5.863	-	-
Saldo negativo do imposto de renda e contribuição social	5.758	740	740
PIS e COFINS	3.239	2.318	2.318
Outros	166	1.048	1.048
Total	15.026	4.106	4.106
Circulante	14.053	4.106	4.106
Não Circulante	973	-	-

**Notas Explicativas**

Total	<u>15.026</u>	<u>4.106</u>	<u>4.106</u>
-------	---------------	--------------	--------------

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Os fundamentos e as expectativas para realização dos ativos e obrigações fiscais diferidos estão apresentados a seguir:

<u>Natureza</u>	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Prejuízo fiscal	777	-
Base negativa de contribuição social	280	-
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	9.291	9.050
Ajuste de redução do valor recuperável	4.588	4.588
Provisão para riscos	8.430	8.084
Provisão para participação nos lucros	1.933	4.875
Provisões não dedutíveis	7.580	6.609
Amortização do ágio abr a nov/09	5.133	5.262
Variação cambial e <i>hedge</i> não realizados	(887)	1.745
Custo de captação de dívida (Lei 12.793)	(2.006)	-
Reembolso de gratuidade	(1.660)	(1.660)
Amortização de direiro de concessão	(5.653)	(5.798)
Custo de captação de dívida	(96)	(114)
Outros	2.743	2.813
	<u>30.453</u>	<u>35.454</u>
Impostos diferidos – Ativo	40.755	43.026
Impostos diferidos – Passivo	(10.302)	(7.572)

A Administração da Companhia considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, conseqüentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados, conforme demonstrado a seguir:

<u>Anos</u>	<u>30/06/2018</u>
2019	4.236
2020	10.999
2021	3.718
2022	925
2023 a 2025	2.775
2026 e 2027	18.102
Total dos ativos fiscais diferidos	<u>40.755</u>
Total dos passivos fiscais diferidos	<u>(10.302)</u>
Total dos impostos diferidos	<u>30.453</u>

c) Tributos a recolher

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2017</u>
Imposto de renda e contribuição social	-	1.175	1.175

**Notas Explicativas**

PIS e COFINS	332	475	475
ISS	1.195	1.250	1.250
IRRF e CSRF	330	323	323
Taxa AGETRANSP-RJ	281	437	437
INSS sobre terceiros	331	307	307
Outros	-	30	30
Circulante	<u>2.469</u>	<u>3.997</u>	<u>3.997</u>
PIS e COFINS	<u>187</u>	<u>187</u>	<u>187</u>
Não circulante	<u>187</u>	<u>187</u>	<u>187</u>

**d) Imposto de renda e contribuição social no resultado**

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora e Consolidado			
	01/01/2018 a 30/06/2018	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017
(Prejuízo)/Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	10.956	(6.154)	5.924	5.077
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(3.725)	2.092	(2.014)	(1.727)
Adições permanentes	(1.365)	(2.261)	(1.300)	(2.128)
Apropriação de créditos extemporâneos (*)	<u>3.683</u>	-	-	-
	(1.407)	(169)	(3.314)	(3.855)
Imposto de renda e contribuição social corrente	3.595	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(5.002)</u>	<u>(169)</u>	<u>(3.314)</u>	<u>(3.855)</u>
Total dos impostos no resultado	(1.407)	(169)	(3.314)	(3.855)

(\*) Crédito extemporâneo apropriados em 2018, cuja a contrapartida foi impostos a recuperar.

**8. PARTES RELACIONADAS**

As operações entre partes relacionadas sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou companhias sob controle comum, são efetuadas às taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrerem para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

## Notas Explicativas

### Composição

		Controladora					
		30/06/2018					
Parte relacionada	Transação	Ativo		Passivo		Resultado	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Receita	Despesa
GRU AIRPORT	Nota de débito (d)	457	-	-	-	-	-
CART	Nota de débito (d)	100	-	-	-	-	-
LAMSA	Debêntures (b)	-	-	10.705	103.814	-	(5.220)
LAMSA	Nota de débito (d)	-	4	33	-	-	-
INVEPAR	Nota de débito (a)	-	-	32.364	-	-	(31.344)
INVEPAR	Dividendo	-	-	3	-	-	-
METROBARRA	Nota de débito (c)	-	10.352	-	-	-	-
		<u>557</u>	<u>10.356</u>	<u>43.105</u>	<u>103.814</u>	<u>-</u>	<u>(36.564)</u>
		Controladora e Consolidado					
		31/12/2017				30/06/2017	
Parte relacionada	Transação	Ativo		Passivo		Resultado	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Receita	Despesa
GRU AIRPORT	Nota de débito (d)	457	-	-	-	-	-
CART	Nota de débito (d)	-	100	-	-	-	-
LAMSA	Debêntures (b)	-	-	13.964	107.063	-	(6.522)
LAMSA	Nota de débito (d)	-	-	33	-	-	-
INVEPAR	Nota de débito (a)	-	-	9.365	-	-	(9.893)
INVEPAR	Dividendo	-	-	3	-	-	-
METROBARRA	Nota de débito (c)	-	10.357	-	-	427	-
		<u>457</u>	<u>10.457</u>	<u>23.365</u>	<u>107.063</u>	<u>427</u>	<u>(16.415)</u>

(a) Nota de débito: São serviços compartilhados referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas que são repassados através de critérios de rateio os quais são normalmente liquidados dentro do próprio mês ou mês subsequente. Por este motivo não são acruados juros.

(b) Debêntures: Conforme descrito na nota explicativa 13 em 31 de julho de 2012 a Companhia efetuou emissão de debêntures no montante de R\$154.170, adquiridas pela parte relacionada LAMSA.

Estas debêntures farão jus à remuneração da TR do primeiro dia do mês anualizada, calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% a.a., até a data de vencimento (ou na data do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplemento, conforme o caso).

O prazo de vencimento das Debêntures será de 178 meses contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de maio de 2027. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente durante o período de carência e mensalmente a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data de emissão, inclusive.

(c) Nota de débito: locação de espaço físico e folha de pagamento.

(d) Nota de débito: transações diversas entre as Companhias do Grupo.

## Notas Explicativas

### Remuneração dos Administradores

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, está composta por honorários, gratificações, assistência médica e dentária, como demonstrado no quadro a seguir:

	30/06/2018	30/06/2017
Pró-labore	1.074	1.490
Bônus	3.837	1.868
Encargos	982	162
Benefício pós emprego	53	-
Outros benefícios	75	164
<b>Total</b>	<b>6.021</b>	<b>3.684</b>

Na eleição do Conselho de Administração, ocorrida em 29 de abril de 2016, para um mandato de dois anos (2016-2018). Os conselheiros renunciam qualquer remuneração pelo exercício da função, conforme termos de renúncia de remuneração assinada pelos mesmos.

### 9. IMOBILIZADO

		Controladora				
	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências (*)	30/06/2018
<b>Custo</b>						
Máquinas e equipamentos	12,60%	52.734	1.175	(8)	520	54.421
Móveis e utensílios	10%	8.780	316	(6)	-	9.090
Veículos	20%	1.823	-	(2)	-	1.821
Equipamentos de computação	20%	17.680	255	(5)	-	17.930
		<u>81.017</u>	<u>1.746</u>	<u>(21)</u>	<u>520</u>	<u>83.262</u>
<b>Depreciação</b>						
Máquinas e equipamentos		(25.327)	(3.577)	8	4	(28.892)
Móveis e utensílios		(7.086)	(712)	3	-	(7.795)
Veículos		(1.139)	(16)	2	-	(1.153)
Equipamentos de computação		(9.631)	(1.655)	5	-	(11.281)
<b>Depreciação acumulada</b>		<u>(43.183)</u>	<u>(5.960)</u>	<u>18</u>	<u>4</u>	<u>(49.121)</u>
<b>Imobilizado líquido</b>		<u>37.834</u>	<u>(4.214)</u>	<u>(3)</u>	<u>524</u>	<u>34.141</u>

		Controladora e Consolidado				
	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências (*)	31/12/2017
<b>Custo</b>						
Máquinas e equipamentos	12,60%	47.958	2.949	(8)	1.835	52.734
Móveis e utensílios	10%	6.307	804	(56)	1.725	8.780
Veículos	20%	1.823	-	-	-	1.823
Equipamentos de computação	20%	15.113	1.069	(29)	1.527	17.680
		<u>71.201</u>	<u>4.822</u>	<u>(93)</u>	<u>5.087</u>	<u>81.017</u>

Depreciação

**Notas Explicativas**

Máquinas e equipamentos	(19.030)	(6.305)	8	-	(25.327)
Móveis e utensílios	(3.379)	(3.742)	35	-	(7.086)
Veículos	(1.111)	(28)	-	-	(1.139)
Equipamentos de computação	(6.879)	(2.780)	28	-	(9.631)
Depreciação acumulada	(30.399)	(12.855)	71	-	(43.183)
Imobilizado líquido	40.802	(8.033)	(22)	5.087	37.834

(\*) Transferência para o ativo intangível para melhor classificação.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no período findo em 30 de junho de 2018.

## 10. INTANGÍVEL

	Taxas anuais de amortização %	Controladora				Saldo em 30/06/2018
		Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	
<b>Custo</b>						
Direito de concessão (a)	(*)	1.326.979	-	-	755	1.327.734
Investimento na concessão (b)	(*)	1.955.200	34.169	(10.742)	(1.275)	1.977.352
Direito de software	20%	16.652	109	-	-	16.761
Outros		14	-	-	-	14
		3.298.845	34.278	(10.742)	(520)	3.321.861
<b>Amortização</b>						
Direito de concessão		(568.261)	(33.425)	9	(6.652)	(608.329)
Investimento na concessão		(493.796)	(19.296)	-	(4)	(513.096)
Direito de software		(14.940)	(8.255)	-	6.652	(16.543)
Amortização acumulada (c)		(1.076.997)	(60.976)	9	(4)	(1.137.968)
<b>Total intangível líquido</b>		<b>2.221.848</b>	<b>(26.698)</b>	<b>(10.733)</b>	<b>(524)</b>	<b>2.183.893</b>

**Notas Explicativas**

	Taxas anuais de amortização %	Controladora e Consolidado				Saldo em 31/12/2017
		Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	
<b>Custo</b>						
Direito de concessão (a)	(*)	1.326.979	-	-	-	1.326.979
Investimento na concessão (b)	(*)	1.890.295	75.904	(5.047)	(5.953)	1.955.199
Direito de software	20%	15.543	242	-	866	16.651
Outros		14	-	-	-	14
		<u>3.232.831</u>	<u>76.146</u>	<u>(5.047)</u>	<u>(5.087)</u>	<u>3.298.844</u>
<b>Amortização</b>						
Direito de concessão		(501.725)	(66.542)	7	-	(568.260)
Investimento na concessão (a)		(443.330)	(50.466)	-	-	(493.796)
Direito de software		(11.525)	(3.415)	-	-	(14.940)
Amortização acumulada (c)		<u>(956.580)</u>	<u>(120.423)</u>	<u>7</u>	<u>-</u>	<u>(1.076.996)</u>
<b>Total intangível líquido</b>		<u>2.276.251</u>	<u>(44.276)</u>	<u>(5.040)</u>	<u>(5.087)</u>	<u>2.221.848</u>

(\*) Prazo remanescente da concessão, 20 anos. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.

a) Concessão (decorrente de aquisição de controle)

Direito de concessão obtido na aquisição de controle do MetrôRio em março de 2009. O valor do direito de concessão adquirido foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos respectivos ativos e passivos adquiridos.

b) Renovação/extensão do direito de concessão referente às outorgas principal e suplementar para o segundo período de concessão (de 28 de janeiro de 2018 até 27 de janeiro de 2038)

Direito de concessão referente à outorga principal e outorga suplementar findou o primeiro período de concessão em 27 de janeiro de 2018. Conforme detalhado na nota explicativa 14, através de Aditivo as partes acordaram, dentre outras medidas, prorrogar, sob condição resolutiva, o prazo do Contrato, passando a Concessão a vigorar até 27 de janeiro de 2038. A prorrogação da Concessão se deu em contrapartida a investimentos a serem realizados pela Concessionária, conforme os termos do Parágrafo 3º da Cláusula 9ª do Aditivo. Conforme esses investimentos são realizados pela Companhia, são reconhecidos no Ativo intangível (Renovação / extensão do Direito de concessão).

c) Prazo de amortização

A amortização do intangível referente à Concessão é linear de acordo com o número de meses restantes para o final da Concessão. O valor é registrado no custo de serviços e a contrapartida é a conta de amortização acumulada no ativo intangível.

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua

## Notas Explicativas

utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

### Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no período findo em 30 de junho de 2018.

## 11. INVESTIMENTOS

Em maio de 2018, a Companhia resgatou seu investimento na empresa MASU 9 Participações Ltda (MASU 9), que teve suas atividades encerradas. A Companhia possuía 99,95% do Capital social da investida que totaliza R\$2 subscrito e totalmente integralizado, e que estava dividido em 2.000 (duas mil) quotas com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada. A MASU 9 encontrava-se com atividades inoperantes não gerava receita e não possui contingências, compromissos, avais ou garantias em favor de terceiros, e portanto a baixa no investimento não gerou impacto relevante para a Companhia. Dessa forma, em 30 de junho de 2018 não há informações contábeis intermediárias consolidadas.

	<u>MASU 9</u>
	<u>31/12/2017</u>
Ativo	
Caixa e equivalente de caixa	<u>2</u>
Total do ativo	<u>2</u>
Patrimônio líquido	
Capital social	<u>2</u>
Total patrimônio líquido	<u>2</u>

## 12. FORNECEDORES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2017</u>
Fornecedores nacionais	34.197	48.269	48.269
Fornecedores internacionais	6.760	8.029	8.029
Total	<u>40.957</u>	<u>56.298</u>	<u>56.298</u>

## Notas Explicativas

### 13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures estava composto da seguinte forma:

Objeto	Indexador	Juros anuais	Vencimento	Taxa efetiva	Controladora			31/12/2017
					30/06/2018			
					Circulante	Não circulante	Total	Total
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>								
BNDES Direto 3								
Subcrédito "A"	TJLP	1,72%	15/10/2024	1,73%	23.442	122.622	146.064	157.123
Subcrédito "C"	TJLP	1,72%	15/09/2024	1,73%	13.466	69.558	83.024	89.397
FINEP								
Subcrédito "A"	TJLP	5,25%	15/01/2018	5,38%	-	-	-	130
Subcrédito "B"	TJLP	8,25%	15/01/2018	8,57%	-	-	-	137
Financiamento								
Importação								
Citibank	USD	2,70%	18/03/2018	2,73%	-	-	-	110.929
Caixa Econômica Federal	TR	7,80%	30/06/2034	8,08%	10.662	228.598	239.260	243.814
Banco do Brasil	DI	144,87% CDI	01/08/2018	292,63% CDI	-	-	-	18.000
Subtotal					47.570	420.778	468.348	619.530
Custo de captação					-	-	-	(594)
Aplicação financeira vinculada*					-	(25.061)	(25.061)	(24.881)
Total					47.570	395.717	443.287	594.055
<b>Debêntures</b>								
Debêntures - LAMSA	TR	9,50%	31/05/2027	9,92%	10.705	103.814	114.519	121.026
Debêntures - HSBC 1	DI	3,50%	01/03/2018	3,56%	-	-	-	180.940
DEBENTURISTAS 1	DI	3,10%	12/09/2021	9,69%	15.559	549.999	565.558	-
NP - BB_ABC	DI	134% CDI	16/05/2018	256,20% CDI	-	-	-	101.141
Subtotal					26.264	653.813	680.077	403.107
Custo de captação					-	(6.185)	(6.185)	
Total					26.264	647.628	673.892	403.107
Total geral					73.834	1.043.345	1.117.179	997.162

(\*) Dos quais R\$8.149 (R\$9.079 em 31 de dezembro de 2017), referem-se à aplicação em fundo de investimento mantida pela Companhia junto à instituição Itaú BBA para garantir os empréstimos contratados em 6 de fevereiro de 2009 e 16 de setembro de 2009 junto ao BNDES e R\$16.912 (R\$15.802 em 31 de dezembro de 2017), refere-se à aplicação em CDB mantida pela Companhia junto à Caixa Econômica Federal para garantir o financiamento contratado em 30 de junho de 2010 junto à própria Caixa Econômica Federal, referentes a três prestações mensais.

## Notas Explicativas

Segue abaixo a movimentação dos empréstimos e debêntures:

Descrição	31/12/2017	Adições			Amortização				30/06/2018
		Captação	Juros	Varição monetária/cambial	Principal	Juros*	Custo de Captação	Transferência	
Passivo circulante									
Empréstimos									
BNDES III									
Subcrédito "A"	23.434	-	911	863	(7.626)	(4.793)	-	10.653	23.442
Subcrédito "C"	13.461	-	529	-	(4.392)	(538)	-	4.406	13.466
Banco do Brasil	18.000	-	-	-	(18.000)	-	-	-	-
Caixa Econômica Federal	10.373	-	7.432	-	(4.518)	(7.466)	-	4.841	10.662
Citibank	110.929	-	9.073	(1.947)	(113.257)	(4.798)	-	-	-
FINEP									
Subcrédito "A"	130	-	-	-	(129)	(1)	-	-	-
Subcrédito "B"	138	-	-	-	(137)	(1)	-	-	-
Debêntures									
Debênture - LAMSA	13.964	-	5.431	-	(7.660)	(4.279)	-	3.249	10.705
Debênture - HSBC	180.940	-	3.487	-	(180.006)	(4.421)	-	-	-
Debênture BB	101.142	-	-	1.673	(100.000)	(2.815)	-	-	-
Debênture I	-	-	12.230	695	-	(2.187)	-	4.821	15.559
Custos de captação	(337)	-	-	-	-	-	-	337	-
Subtotal	472.174	-	39.093	1.284	(435.725)	(31.299)	-	28.307	73.834
Passivo não circulante									
Empréstimos									
BNDES III									
Subcrédito "A"	133.688	-	-	(413)	-	-	-	(10.653)	122.622
Subcrédito "C"	75.936	-	2.190	156	-	(4.318)	-	(4.406)	69.558
Caixa Econômica Federal	233.439	-	-	-	-	-	-	(4.841)	228.598
Debênture - LAMSA	107.063	-	-	-	-	-	-	(3.249)	103.814
Debênture I	-	550.000	4.820	-	-	-	-	(4.821)	549.999
Custos de captação	(257)	-	-	-	-	-	(5.591)	(337)	(6.185)
Subtotal	549.869	550.000	7.010	(257)	-	(4.318)	(5.591)	(28.307)	1.068.406
Total geral(**)	1.022.043	550.000	46.103	1.027	(435.725)	(35.617)	(5.591)	-	1.142.240

(\* ) Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

(\*\*) Valores brutos das aplicações financeiras.

Descrição	31/12/2016	Adições				Amortização				31/12/2017
		Captação	Juros	Atualização monetária	Varição Cambial	Principal	Juros*	Custo de Captação	Transferência	
Passivo circulante										
Empréstimos										
BNDES II										
	1.491	-	8	3	-	(1.487)	(15)	-	-	-
BNDES III										
Subcrédito "A"	23.261	-	12.651	244	-	(22.807)	(12.721)	-	22.806	23.434

## Notas Explicativas

Subcrédito "B"	606	-	14	3	-	(607)	(16)	-	-	-
Subcrédito "C"	13.395	-	7.204	107	-	(13.136)	(7.245)	-	13.136	13.461
Banco do Brasil	-	18.000	-	-	-	-	-	-	-	18.000
Caixa Econômica Federal	17.335	-	17.514	3.125	-	(14.482)	(14.564)	(2.571)	4.016	10.373
Citibank	21.439	-	5.065	128	614	(17.047)	(4.755)	-	105.485	110.929
<b>FINEP</b>										
Subcrédito "A"	1.574	-	81	6	-	(1.560)	(85)	-	114	130
Subcrédito "B"	1.668	-	80	1	-	(1.648)	(83)	-	120	138
<b>Debêntures</b>										
Debênture - LAMSA	12.848	-	10.984	1.941	-	(11.364)	(14.363)	-	13.918	13.964
Debênture - HSBC	31.900	-	21.352	3.176	-	(37.526)	(17.962)	-	180.000	180.940
Debênture BB	102.211	-	11.582	-	-	-	(12.651)	-	-	101.142
Custos de captação	(1.863)	-	-	-	-	1.526	-	-	-	(337)
<b>Subtotal</b>	<b>225.865</b>	<b>18.000</b>	<b>86.535</b>	<b>8.734</b>	<b>614</b>	<b>(120.138)</b>	<b>(84.460)</b>	<b>(2.571)</b>	<b>339.595</b>	<b>472.174</b>
<b>Passivo não circulante</b>										
<b>Empréstimos</b>										
<b>BNDES III</b>										
Subcrédito "A"	154.933	-	-	1.561	-	-	-	-	(22.806)	133.688
Subcrédito "B"	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subcrédito "C"	88.151	-	-	921	-	-	-	-	(13.136)	75.936
Caixa Econômica Federal	232.708	-	-	4.747	-	-	-	-	(4.016)	233.439
Citibank	105.485	-	-	-	-	-	-	-	(105.485)	-
<b>FINEP</b>										
Subcrédito "A"	113	-	-	1	-	-	-	-	(114)	-
Subcrédito "B"	120	-	-	-	-	-	-	-	(120)	-
Debênture - LAMSA	120.981	-	-	-	-	-	-	-	(13.918)	107.063
Debênture - HSBC	180.000	-	-	-	-	-	-	-	(180.000)	-
Custos de captação	(257)	-	-	-	-	-	-	-	-	(257)
<b>Subtotal</b>	<b>882.234</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.230</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(339.595)</b>	<b>549.869</b>
<b>Total geral</b>	<b>1.108.099</b>	<b>18.000</b>	<b>86.535</b>	<b>15.964</b>	<b>614</b>	<b>(120.138)</b>	<b>(84.460)</b>	<b>(2.571)</b>	<b>-</b>	<b>1.022.043</b>

\* Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

## Composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures por ano de vencimento:

	30/06/2018	31/12/2017
2018	28.600	472.312
2019	842.976	60.233
2020 em diante	270.664	489.498
	<b>1.142.240</b>	<b>1.022.043</b>

BNDES

- Em 16 de setembro de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento junto ao BNDES ("BNDES Direto III"), no montante total de R\$422.410, divididos em três subcréditos: "A" (R\$278.395), "B"

## Notas Explicativas

(R\$3.200) e “C” (R\$140.815), para cobrir, principalmente, os desembolsos com as obras do projeto do Metrô do Século XXI, o montante foi totalmente desembolsado pelo BNDES à Companhia.

A amortização do principal do subcrédito “A” será feita em 150 prestações mensais e sucessivas entre 15 de maio de 2012 e 15 de outubro de 2024. Sobre o principal da dívida do subcrédito “A” incidirão juros de 1,72% a.a. mais TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de outubro de 2009 e 15 de abril de 2012, e são pagos mensalmente no período de amortização do principal.

A amortização do principal do subcrédito “C” será feita em 132 prestações mensais e sucessivas entre 15 de outubro de 2013 e 15 de setembro de 2024. Sobre o principal da dívida do subcrédito “B” incidirão juros de 1,72% a.a. mais TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de setembro de 2010 e 15 de setembro de 2013, e são pagos mensalmente no período de amortização do principal.

As principais garantias dos contratos de financiamento BNDES Direto I, BNDES Direto II e BNDES Direto III são as seguintes:

- Vinculação de parcela da receita tarifária decorrente da prestação dos serviços de transporte metroviário de passageiros, em valor mensal não inferior a R\$31.960, a serem corrigidos anualmente pelo IPCA.
- Constituição de conta reserva com saldo não inferior a R\$15.489, a serem corrigidos anualmente pelo IPCA a partir da data da assinatura.
- Constituir penhor em favor do BNDES, em 1º grau para BNDES Direto I, em 2º grau para o BNDES Direto II e em 3º grau para o BNDES Direto III, sobre os seus Direitos Creditórios emergentes do Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Metroviário de Passageiros, celebrado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro, com a interveniência de terceiros, em 27 de janeiro de 1998, e seus posteriores aditivos, abrangendo o direito da Companhia de ser indenizada pelo Estado do Rio de Janeiro nas seguintes hipóteses:
  - a) Perdas que a mesma venha a ter em razão da não recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;
  - b) Perdas em decorrência de contingências de responsabilidade do Estado do Rio de Janeiro ou de seus órgãos que venham a ser imputadas à Companhia; e
  - c) Extinção da Concessão, nos termos do respectivo Contrato de Concessão, bem como outros direitos de indenização que a Companhia venha a ter em face do Estado do Rio de Janeiro por força do referido contrato.

Como condição restritiva, é vedada à Companhia a aplicação dos recursos em finalidade diversa da prevista no objeto dos financiamentos. A Administração da Companhia entende que esta condição está sendo atendida. Adicionalmente, esses contratos de financiamento possuem cláusulas restritivas quanto a determinados índices financeiros, que em caso de descumprimento aceleram o vencimento do financiamento. Tanto para o contrato BNDES Direto I quanto para o contrato BNDES Direto II, o índice financeiro é o seguinte: LAJIDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) sobre Despesas Financeiras Líquidas maior ou igual a 2, a Companhia está cumprindo o índice exigido.

### Financiamento

Em 12 de março de 2014, foi celebrado um Contrato de Abertura de Crédito e Outras Avenças com o

## Notas Explicativas

Citibank N.A., especificamente destinado para fins societários em geral, incluindo, mas não se limitando a reforço de seu capital de giro, no valor de US\$36,389, em parcela única, os juros incidiram sobre o saldo devedor do principal, calculados à taxa de 2,2313% a.a., pagos em parcela única. Liquidado em 11 de março de 2016 e o restante quitado em março de 2018.

Em 11 de março de 2016, foi celebrado um Aditivo ao Contrato de Abertura de Crédito e Outras Avenças entre a Companhia e o Citibank N.A., no valor US\$37,736 perfazendo o montante de R\$140.000.000 (cento e quarenta milhões de reais). Os juros incidiram sobre o saldo devedor do principal, calculados à taxa de 2,7000% a.a., em 2 parcelas pagáveis em 13 de março de 2017 e 12 de março 2018. A forma de pagamento do principal foi a partir de 366 dias contados da data de desembolso em 2 parcelas consecutivas, nas datas de 13 de março 2017 e 12 de março de 2018. O financiamento foi liquidado conforme previsto.

### Financiadora de Estudos e Projetos

Em 27 de agosto de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto à FINEP, no montante total de R\$21.500, divididos em subcréditos “A” (R\$10.452) e “B” (R\$11.048). O crédito foi integralmente posto à disposição da Companhia em 01 de agosto de 2011.

A amortização foi feita em 81 prestações mensais e sucessivas entre 15 de maio de 2011 e 15 de janeiro de 2018. Sobre o principal da dívida dos subcréditos “A” e “B” incidiram juros de 5,25% a.a. e 8,25% a.a. respectivamente, mais TJLP. O financiamento foi liquidado conforme previsto.

### Caixa Econômica Federal

Em 30 de junho de 2010, a Companhia firmou contrato de financiamento e repasse destinado à realização de investimentos no sistema metroviário do Rio de Janeiro, no âmbito do programa PRÓ-TRANSPORTES/FGTS junto a Caixa Econômica Federal no montante total de R\$650.000, divididos em subcréditos “A” (R\$240.000) e “B” (R\$410.000). Em 30 de junho de 2011, foi creditado pela Caixa Econômica Federal à Companhia o montante de R\$240.000 (subcrédito “A”). Este valor foi creditado em aplicação financeira específica e destina-se obrigatoriamente ao pagamento dos 114 carros metrô, sendo vedada a utilização desses recursos para qualquer outro fim. Os recursos do subcrédito “B” não serão creditados à Companhia.

A amortização será feita em 240 meses contados a partir do término do prazo de carência dos subcréditos (48 meses). O saldo devedor será apurado mensalmente e são devidas as seguintes taxas:

- a) Juros - equivalente à taxa nominal de 5,5% a.a., capitalizada mensalmente;
- b) Administração - valor equivalente à taxa nominal de 2% a.a., capitalizada mensalmente; e
- c) Risco de crédito - equivalente à taxa nominal de 0,3% a.a., capitalizada mensalmente.

O saldo devedor e as prestações serão reajustados pelo mesmo índice e na mesma periodicidade da utilização dos saldos das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, utilizada para esse fim a Taxa Referencial - TR, ou outro índice que venha a substituí-la.

Os juros dos contratos de empréstimos e financiamentos do BNDES “II” e “III”, FINEP, Calyon e Caixa Econômica Federal foram capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 obedecendo aos critérios de aplicação dos recursos. Em 30 de junho de 2018 não foram capitalizados juros.

### Debêntures

## Notas Explicativas

- Em 31 de julho de 2012, foram subscritas 154.170 debêntures, não conversíveis em ações, em série única, de espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$1 (mil reais), perfazendo o valor total de R\$154.170.

O Instrumento Particular de Escritura da 3ª emissão de debêntures foi firmado com base nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia datadas de 24 de abril de 2012 e 27 de julho de 2012, as quais deliberaram as condições da Emissão. Os recursos oriundos da captação por meio da Emissão foram para financiamento de até 90% do CAPEX de cada um dos projetos da Companhia. As debêntures fazem jus à remuneração da TR do primeiro dia do mês anualizada, calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% (nove inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias (“Remuneração”). A Remuneração é calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos desde a data de emissão das Debêntures, incidentes sobre o valor nominal unitário das Debêntures ou saldo do valor nominal unitário das Debêntures, devendo ser paga ao final de cada período de capitalização, até a data de vencimento (ou na data do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplemento, conforme o caso). Em 31 de agosto de 2012, foi repassado pela Linha Amarela S.A. à Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. o montante atualizado de R\$155.475.

O prazo de vencimento das Debêntures será de 178 meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de maio de 2027. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente durante o período de carência e mensalmente a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data de emissão, inclusive.

As debêntures da Companhia não possuem cláusula de repactuação.

- Em 12 de março de 2014, foi celebrado o Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação e Distribuição Pública da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição com Esforços Restritos da Companhia.

Para todos os fins de direito, a HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. é a instituição intermediária líder responsável pela Oferta. A Emissão foi realizada em 13 de março de 2014, e composta por 21.000 (vinte e uma mil) Debêntures, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo o montante de R\$210.000. O prazo de vencimento das Debêntures foi de 24 meses contados da Data de Emissão, liquidado em 13 de março de 2016.

- Em 3 de março de 2016, foi celebrado o Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação e Distribuição Pública da 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição com Esforços Restritos da Companhia.

As Debêntures foram objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de subscrição a serem outorgada à Companhia pelo Banco Bradesco S.A. A Emissão foi realizada em 11 de março de 2016, e composta por 21.000 (vinte e uma mil) Debêntures, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo o montante de R\$210.000. O prazo de vencimento das Debêntures foi de 2 anos contados da Data de Emissão, liquidado, portanto, em 11 de março de 2018.

- Em 16 de novembro de 2016, foi celebrado o Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública da 7ª Emissão de Debêntures simples, com Esforços Restritos da Companhia, em regime de garantia firme.

## Notas Explicativas

As Debêntures foram objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de subscrição a serem outorgada à Companhia pelo Banco Bradesco S.A.. A Emissão foi realizada em 16 de Novembro de 2016, e composta por 10.000 (dez mil) Debêntures, com valor nominal unitário de R\$10.000 (dez mil reais), perfazendo o montante de R\$100.000.000 (cem milhões de reais). O prazo de vencimento das Debêntures será de 18 meses (dezoito meses) contados da Data de Emissão, a ser liquidado em 16 de maio de 2018.

- Em 12 de março de 2018, foi celebrado o Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública da 8ª Emissão de Debêntures, composta por 55.000 (cinquenta e cinco mil) Debêntures, com valor nominal unitário de R\$10.000 (dez mil reais), perfazendo o montante de R\$550.000.000 (quinhentos e cinquenta milhões de reais). O prazo de vencimento das Debêntures será de 60 meses (sessenta meses) contados da Data de Emissão, a ser liquidado em 13 de março de 2023.

### Cláusulas restritivas

<u>Empresa</u>	<u>Dívida</u>	<u>Covenants</u>	<u>Limite</u>	<u>Apuração</u>
METRÔRIO	Pró Transporte (CEF) BNDES	ICSD	$\geq 1$	Anual
		EBITDA/RF*	$\geq 2$	Anual
	HSBC/CITIBANK	DIVIDA LIQUIDA/EBITDA	$\leq 3,50$	Trimestral

\*Resultado Financeiro

Em 30 de junho de 2018, as cláusulas restritivas existentes nos contratos de empréstimos ou debêntures foram atendidas.

## 14. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Circulante</u>			
Direito de concessão (até janeiro de 2038)	2.158	1.851	1.851
<u>Não circulante</u>			
Direito de concessão (até janeiro de 2038)	41.627	40.235	40.235
Total	43.785	42.086	42.086

### Direito de concessão referente à outorga principal e outorga suplementar (primeiro período de concessão até 27 de janeiro de 2038)

Do montante de R\$2.158, R\$974 refere-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente quitado através do pagamento de parcelas ou quitado através da realização de investimentos. E, R\$41.627 referem-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente sobre a entrada em operação de novas estações de acordo com o Parágrafo 9º, da Cláusula 1ª do Contrato. Até a data de 31 de dezembro de 2016, o MetrôRio recebeu do Poder Concedente três estações que estão sujeitas aos termos desta Cláusula: Estação Siqueira Campos,

## Notas Explicativas

Estação Cantagalo e General Osório. A liquidação da obrigação se dará através dos termos do Parágrafo 14º da Cláusula 22ª do Aditivo, onde a Concessionária assumiu a responsabilidade de liquidar certas obrigações referentes a ações judiciais contra a RIOTRILHOS e CMRJ.

Esse compromisso, soma R\$41.627 (R\$40.235 em 31 de dezembro de 2017). Estas obrigações: (i) serão liquidadas à medida que os pagamentos forem sendo exigidos em execuções homologadas pelo Poder Judiciário, e (ii) sofrem atualização monetária de acordo com os índices aplicados no Tribunal de origem.

Baseado na análise da Administração, à luz das informações disponíveis até a presente data e nas diversas possibilidades na liquidação dos processos, a Companhia está mantendo a parcela de Outorga suplementar registrada no passivo não circulante.

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Concessionária assumiu o compromisso de melhorar, conservar e expandir o sistema metroviário da Cidade do Rio de Janeiro que pertence à Concessão. A partir de 27 de dezembro de 2007, através do Aditivo, a Companhia também assumiu o compromisso de realizar investimentos destinados: (i) à implementação de novas estações metroviárias, inclusive a obrigação de concluir, em condições de operação, o trecho de 3,2 km, denominado Linha 1A (trecho inaugurado em 22 de dezembro de 2009), com a construção da Estação Cidade Nova (inaugurada em 1º de novembro de 2010), bem como a Estação Uruguai (inaugurada em março de 2014); (ii) à aquisição de novos trens; e (iii) à modernização das operações. Em 31 de dezembro de 2016, os investimentos previstos no Aditivo estavam estimados entre R\$900.000 e R\$1.200.000, e deverão sofrer alterações à medida que os projetos executivos forem sendo definidos e obtidas as cotações definitivas de preços dos diversos componentes.

Em 30 de junho de 2018, o valor de R\$1.022 (R\$877 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a renovação/extensão do direito de concessão do MetrôRio até janeiro de 2038.

	Controladora			30/06/2018
	31/12/2017	Atualização resultado	Pagamento	
Outorga (a)	1.851	307	-	2.158
Circulante	1.851	307	-	2.158
Outorga (b)	40.235	1.392	-	41.627
Não Circulante	40.235	1.392	-	41.627
<b>Total</b>	<b>42.086</b>	<b>1.699</b>	<b>-</b>	<b>43.785</b>

	Controladora e Consolidado			31/12/2017
	31/12/2016	Atualização resultado	Pagamento	
Outorga (a)	1.824	27	-	1.851
Circulante	1.824	27	-	1.851
Outorga (b)	52.094	6.865	(18.724)	40.235
Não Circulante	52.094	6.865	(18.724)	40.235
<b>Total</b>	<b>53.918</b>	<b>6.892</b>	<b>(18.724)</b>	<b>42.086</b>

## Notas Explicativas

(a) Outorga do circulante, refere-se a compra dos trens.

(b) Outorga do não circulante, refere-se ao Anexo V ao Contrato do Sexto Aditivo. No exercício social de 2017 foi realizada a nona prestação de contas do contrato de concessão, e a Companhia apurou o saldo remanescente e realizou a reversão do montante para enquadramento do saldo contábil, conforme saldo remanescente.

### Bens reversíveis

Conforme os termos do Parágrafo 1º da Cláusula 17ª do Contrato de Concessão, os Bens Reversíveis, transferidos à posse da Concessionária em 5 de abril de 1998 para utilização na prestação dos serviços de transporte metroviário, de acordo com os termos do Edital de Leilão PED/ERJ nº 01/97-Metrô e do Contrato, foram recebidos a título gratuito.

A Companhia apresenta no quadro abaixo (\*) a composição dos Bens Reversíveis, transferidos à posse da Concessionária em 5 de abril de 1998:

Imobilizado da concessão	
Veículos	121
Equipamentos	227.903
Ferramentas	854
Móveis e utensílios	607.104
Almoxarifado	26.799
Equipamentos de processamento de dados	714
Equipamentos de telecomunicações	522
Imóveis	5.229.910
Total	<u>6.093.927</u>

(\*)Quadro não revisado pelos auditores independentes.

Os itens que estão relacionados na conta de Almoxarifado acima representam uma parcela dos bens de consumo transferidos pelo Poder Concedente à posse da Concessionária de acordo com os termos do Parágrafo 11º da Cláusula 1ª do Aditivo.

## 15. PROVISÕES PARA RISCOS PROCESSUAIS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Companhia, na opinião de seus consultores jurídicos realizou análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Controladora		Consolidado
	30/06/2018	31/12/2017	31/12/2017
Cíveis	6.097	6.154	6.154
Trabalhistas	12.576	12.856	12.856
Tributárias	5.962	4.609	4.609
Outros	159	158	158
Total	<u>24.794</u>	<u>23.777</u>	<u>23.777</u>

### Movimentação das provisões

<u>Saldo inicial</u>	<u>Provisões</u>	<u>Atualização</u>	<u>Reversões/</u>	<u>Saldo final</u>
----------------------	------------------	--------------------	-------------------	--------------------

**Notas Explicativas**

	31/12/2017	efetuadas	monetária	pagamentos	30/06/2018
Cíveis	6.154	180	96	(333)	6.097
Trabalhistas	12.856	215	(103)	(392)	12.576
Tributárias	4.609	1.353	-	-	5.962
Outros	158	1	-	-	159
Total	<u>23.777</u>	<u>1.749</u>	<u>(7)</u>	<u>(725)</u>	<u>24.794</u>

	Saldo inicial 31/12/2016	Provisões efetuadas	Atualização monetária	Reversões/ pagamentos	Saldo final 31/12/2017
Cíveis	8.834	1.322	690	(4.692)	6.154
Trabalhistas	10.055	2.741	1.200	(1.140)	12.856
Tributárias	2.525	2.084	-	-	4.609
Administrativas	108	50	-	-	158
Total	<u>21.522</u>	<u>6.197</u>	<u>1.890</u>	<u>(5.832)</u>	<u>23.777</u>

a) Riscos cíveis

A Companhia é ré em diversos processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema metroviário.

Em 18 de abril de 2018, a Companhia foi citada em uma ação para acompanhamento de uma ação proposta pelo Estado do Rio de Janeiro, referente ao Processo de Revisão Quinquenal Ordinária do período de 2007/2012 provido pela AGETRANSP, que segundo o autor, teria gerado um crédito em favor do Estado do Rio de Janeiro no montante de R\$ 197.943. O autor pleiteia a procedência dos pedidos para obrigar a Companhia a realizar investimentos e/ou melhorias no sistema metroviário no valor do crédito, ou a condenação da Companhia à recomposição do desequilíbrio por meio de pagamento ao Estado do Rio de Janeiro. A Companhia avaliou como possível o prognóstico de perda. O processo em questão segue apensado à Ação Anulatória de Ato Administrativo proposta pela Companhia, que requereu a anulação da decisão proferida pela AGETRANSP, bem como a anulação de todos os seus efeitos.

Em 30 de junho de 2018, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$260.385 (R\$41.519 em 31 de dezembro de 2017).

b) Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos de natureza trabalhista propostos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

Em 30 de junho de 2018, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$63.927 (R\$66.854 em 31 de dezembro de 2017).

c) Riscos tributários

## Notas Explicativas

Considerando que propusemos ação judicial e em sede de liminar foi deferida a suspensão da exigibilidade do ICMS sobre as tarifas de conexão e uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD) e que a área de energia orçou os valores de ICMS.

Optamos pelo contingenciamento até que o mérito da ação seja decidido e ocorra o trânsito em julgado, o montante de R\$5.169 em 30 de junho de 2018 (R\$4.609 em 31 de dezembro de 2017).

### Depósitos judiciais, recursais e autos de arrecadação

#### a) Depósitos recursais

Em 30 de junho de 2018, a Companhia possuía R\$26.119 em depósitos recursais (R\$26.446 em 31 de dezembro de 2017).

#### b) Depósitos judiciais - embargos de terceiros - autos de arrecadação

Trata-se de recurso jurídico que permite a um terceiro pleitear a exclusão de seus bens, penhorados em execução na qual não era parte.

As ordens de penhora contra a Companhia, em sua grande maioria, têm como origem ações trabalhistas e cíveis ajuizadas contra a CMRJ, nas quais a Concessionária foi arrolada como sucessora.

Desta forma a Companhia interpôs diversos embargos de terceiros, objetivando a suspensão da penhora da sua renda e de seus bens.

O valor total de processos relativos aos embargos de terceiros em 30 de junho de 2018 é de R\$79.000 (R\$42.142 em 31 de dezembro de 2017), sendo de natureza trabalhista e cível.

Em 30 de junho de 2018, o montante penhorado da renda da Companhia e já depositado judicialmente é de R\$22.066 (R\$21.975 em 31 de dezembro de 2017).

#### c) Bloqueios judiciais

Em 30 de junho de 2018, o montante referente a bloqueios judiciais é de R\$3.670 (R\$3.101 em 31 de dezembro de 2017).

## 16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a) Capital social

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o capital social é de R\$1.344.160, dividido em 1.446.898.779 ações ordinárias, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal, integralmente subscritas pela Invepar.

#### a) Reserva legal

A Companhia destina 5% do seu lucro líquido antes de qualquer outra destinação para a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social, conforme Art. 193 da Lei das Sociedades por Ações .

## Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2017, o valor da reserva foi consumido pelo prejuízo do exercício, anteriormente constituído no montante de R\$5.763.

### b) Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. O valor do juros pagos pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, poderá ser imputado ao valor destes dividendos.

## 17. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

### Receitas

	Controladora			
	01/01/2018 a 30/06/2018	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017
Receita com passagens	366.595	379.053	180.740	189.582
Receitas acessórias	20.629	19.757	10.560	9.779
Receita da construção (*)	-	24.144	-	6.689
Outras Receitas (**)	-	901	-	267
Impostos e contribuições sobre a receita	(11.286)	(11.350)	(5.552)	(5.649)
Receita de serviços líquidas	375.938	412.505	185.748	200.668

	Consolidado	
	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2017 a 30/06/2017
Receita com passagens	379.053	189.582
Receitas acessórias	19.757	9.779
Receita da construção (*)	24.144	6.689
Outras Receitas (**)	901	267
Impostos e contribuições sobre a receita	(11.350)	(5.649)
Receita de serviços líquidas	412.505	200.668

\* O serviço de construção se dava pelo direito de Outorga constituído no 6º termo aditivo, quando se gerou a obrigação de investimentos. O 6º termo aditivo se encontra praticamente finalizado financeiramente, e não houve adições ao Intangível dessa natureza no 2º trimestre de 2018. Não havendo adições ao Intangível referentes ao 6º termo aditivo, não há constituição de receitas e custos de construção.

\*\*Outras receitas acessórias não provenientes do contrato de concessão Linha 1 e 2.

### Custos e Despesas por natureza

	Controladora			
	01/01/2018 a 30/06/2018	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017
Pessoal e encargos	(125.405)	(130.743)	(62.369)	(65.744)
Conservação e manutenção	(38.293)	(35.726)	(20.170)	(17.933)
Despesas administrativas	(16.127)	(26.860)	(7.163)	(15.534)
Operacionais	(19.913)	(21.898)	(10.315)	(10.048)
Energia elétrica	(46.865)	(44.909)	(23.511)	(21.642)
Custo de construção (*)	-	(24.144)	-	(6.689)
Depreciação e amortização	(66.908)	(66.563)	(33.642)	(33.307)

**Notas Explicativas**

Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa / Provisão para riscos	(2.495)	(3.142)	(1.647)	1.376
Outros	21	(63)	18	10
	<u>(315.985)</u>	<u>(354.049)</u>	<u>(158.799)</u>	<u>(169.512)</u>
Custo de serviços prestados	(221.264)	(231.564)	(111.566)	(114.900)
Despesas gerais e administrativas	(94.770)	(98.278)	(47.252)	(47.933)
Custo de construção (*)	-	(24.144)	-	(6.689)
Outras despesas/receitas operacionais líquidas	49	(63)	19	10
	<u>(315.985)</u>	<u>(354.049)</u>	<u>(158.799)</u>	<u>(169.512)</u>

	Consolidado	
	01/01/2017 a	01/04/2017 a
	30/06/2017	30/06/2017
Pessoal e encargos	(130.743)	(65.744)
Conservação e manutenção	(35.726)	(17.933)
Despesas administrativas	(26.860)	(15.534)
Operacionais	(21.898)	(10.048)
Energia elétrica	(44.909)	(21.642)
Custo de construção (*)	(24.144)	(6.689)
Depreciação e amortização	(66.563)	(33.307)
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa / Provisão para riscos	(3.142)	1.376
Outros	(63)	10
	<u>(354.049)</u>	<u>(169.512)</u>
Custo de serviços prestados	(231.564)	(114.900)
Despesas gerais e administrativas	(98.278)	(47.933)
Custo de construção (*)	(24.144)	(6.689)
Outras despesas/receitas operacionais líquidas	(63)	10
	<u>(354.049)</u>	<u>(169.512)</u>

(\*) O serviço de construção se dava pelo direito de Outorga constituído no 6º termo aditivo, quando se gerou a obrigação de investimentos. O 6º termo aditivo se encontra praticamente finalizado financeiramente, e não houve adições ao Intangível dessa natureza no 1º trimestre de 2018. Não havendo adições ao Intangível referentes ao 6º termo aditivo, não há constituição de receitas e custos de construção.

**18. RESULTADO FINANCEIRO**

	Controladora			
	01/01/2018 a 30/06/2018	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017
<b>Receitas financeiras</b>				
Juros sobre aplicações financeiras	13.700	6.705	10.138	3.468
Juros ativos	57	219	26	20
Variação monetária ativa	475	2.617	82	1.269
Variações cambiais ativas	6.251	3.980	1.424	346
Outros	4	-	4	-
<b>Total receitas financeiras</b>	<b>20.487</b>	<b>13.521</b>	<b>11.674</b>	<b>5.103</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(20.135)	(25.744)	(7.528)	(12.016)
Comissões e despesas bancárias	(1.238)	(654)	(509)	(288)
Juros passivos	-	(2.503)	-	-
Operações de Hedge	(3.284)	(6.600)	-	2.671
Variação monetária passiva	(2.229)	(8.131)	4.112	(3.757)
Juros sobre debêntures	(25.968)	(21.816)	(18.145)	(9.643)
Variações cambiais passivas	(4.240)	(4.795)	(1.398)	(4.334)
Juros com partes relacionadas	(10.246)	(6.522)	(7.602)	(3.104)
Outros	(2.144)	(1.366)	(1.629)	(710)

**Notas Explicativas**

Total despesas financeiras	<u>(69.484)</u>	<u>(78.131)</u>	<u>(32.699)</u>	<u>(31.182)</u>
Resultado financeiro líquidoTotal	<u>(48.997)</u>	<u>(64.610)</u>	<u>(21.025)</u>	<u>(26.079)</u>

	Consolidado	
	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2017 a 30/06/2017
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	6.705	3.468
Juros ativos	219	20
Variação monetária ativa	2.617	1.269
Variações cambiais ativas	3.980	346
Outros	-	-
Total receitas financeiras	<u>13.521</u>	<u>5.103</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(25.744)	(12.016)
Comissões e despesas bancárias	(654)	(288)
Juros passivos	(2.503)	-
Operações de Hedge	(6.600)	2.671
Variação monetária passiva	(8.131)	(3.757)
Juros sobre debêntures	(21.816)	(9.643)
Variações cambiais passivas	(4.795)	(4.334)
Juros com partes relacionadas	(6.522)	(3.104)
Outros	(1.366)	(710)
Total despesas financeiras	<u>(78.131)</u>	<u>(31.182)</u>
Resultado financeiro líquidoTotal	<u>(64.610)</u>	<u>(26.079)</u>

**19. RESULTADO POR AÇÃO**

A Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para os períodos findos em 30 de junho de 2018 e 2017.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	Controladora				Consolidado	
	01/01/2018 a 30/06/2018	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2017 a 30/06/2017
Resultado básico e diluído por ação						
Numerador						
Resultado líquido do trimestre/semestre atribuído aos acionistas da Companhia	9.549	(6.323)	2.610	(1.222)	(6.323)	(1.222)
Denominador (em milhares de ações)						
Média ponderada de número de ações ordinárias	<u>1.446.899</u>	<u>1.446.899</u>	<u>1.446.899</u>	<u>1.446.899</u>	<u>1.446.899</u>	<u>1.446.899</u>

## Notas Explicativas

Resultado básico e diluído por mil ações	0,007	(0,004)	0,002	(0,001)	(0,004)	(0,001)
--	-------	---------	-------	---------	---------	---------

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações financeiras intermediárias.

A Companhia não possui instrumentos diluidores em 30 de junho de 2018, e conseqüentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

### 20. SEGUROS

A Companhia mantém coberturas de seguros sobre seus ativos próprios, bens reversíveis e de responsabilidade civil. Em 30 de junho de 2018, os principais seguros contratados são:

Descrição	Limite máximo de indenização	Vigência		
		Início	Fim	Seguradora
Risco operacional	280.000	01/08/2017	01/08/2018	Tokio
Responsabilidade civil geral	100.000	01/08/2017	01/08/2018	Tokio Marine
Transporte nacional	4.000	28/02/2018	28/02/2019	SURA
Transporte internacional	3.000*	28/02/2018	28/02/2019	SURA
Automóvel frota	Tabela Fipe	31/12/2017	31/12/2018	Itaú
D&O	100.000	20/03/2018	20/03/2019	XL

(\*) Em milhares de Dólares - (Em reais R\$9.900).

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

### 21. AVAIS, FIANÇAS E GARANTIAS

A Companhia prestou garantias, cujos montantes em 30 de junho de 2018 eram de R\$25.551 (R\$29.285 em 31 de dezembro de 2017), para garantir: (i) a aquisição de energia elétrica junto à Duke Energy; (ii) os financiamentos junto ao BNDES e CEF; (iii) os processos judiciais gerais; e (iv) os processos judiciais que visam impedir a responsabilização da Companhia por cumprimento de decisões judiciais proferidas em ações movidas contra a CMRJ e/ou a RIOTRILHOS antes da tomada de posse pela Concessionária. Adicionalmente, a Companhia prestou garantias aos empréstimos obtidos.

### 22. COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

Além dos contratos de fornecimento vigentes, a Companhia também possui compromisso relativo à contratação de fornecimento de energia elétrica com a Duke Energy Internacional Geração Paranapanema S.A., para o período entre 1º de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2021, celebrado em 26 de janeiro de 2009. Essa obrigação foi contratada por dois motivos estratégicos:

## Notas Explicativas

(i) Contratação de montante de energia complementar, suficiente para atender ao início da operação da Linha 1A, da entrada em operação dos 19 novos trens e das estações General Osório, Cidade Nova e Uruguai, para o período entre 2011 e 2015; e

(ii) Contratação do montante de energia elétrica para atender ao consumo total das Linhas 1 e 2 do sistema metroviário até 31 de dezembro de 2021, após o vencimento do contrato vigente no período de 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2015.

Adicionalmente, possui contrato de operação e manutenção da Linha 4 do metrô do Rio de Janeiro, extensão de Ipanema a Barra da Tijuca, assinado entre MetrôRio, MetroBarra, CRB e o poder concedente (interveniente), onde, o MetrôRio, fica incumbido de executar a operação e manutenção da Linha 4 após o término das obras civis, o término das instalações dos sistemas de sinalização e da aquisição dos trens.

### 23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

#### a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômico financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, contas a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações com o Poder Concedente.

	Controladora			
	30/06/2018		31/12/2017	
Instrumentos financeiros	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	194.791	-	58.213	-
Aplicação financeira	59.724	-	47.943	-
Créditos a receber	-	28.285	-	20.992
Parte relacionada	-	10.913	-	10.914
<b>Total do ativo</b>	<b>254.515</b>	<b>39.198</b>	<b>106.156</b>	<b>31.906</b>
<b>Passivos</b>				
Fornecedores	-	40.957	-	56.298
Parte relacionada	-	32.397	-	9.398

**Notas Explicativas**

Empréstimos e financiamentos	-	443.287	-	594.055
Debêntures	-	673.892	-	403.107
Obrigações com poder concedente	-	43.785	-	42.086
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	20.311	-
Total do passivo	-	1.234.318	20.311	1.104.944

Instrumentos financeiros	Consolidado	
	31/12/2017	
	Valor justo	Custo amortizado
<b>Ativos</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	58.215	-
Aplicação financeira	47.943	-
Créditos a receber	-	20.992
Parte relacionada	-	10.914
Total do ativo	106.158	31.906
<b>Passivos</b>		
Fornecedores	-	56.298
Parte relacionada	-	9.398
Empréstimos e financiamentos	-	594.055
Debêntures	-	403.107
Obrigações com poder concedente	-	42.086
Instrumentos financeiros derivativos	20.311	-
Total do passivo	20.311	1.104.944

**b) Crítérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo do valor justo**

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo, em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

**c) Exposição a riscos de taxas de juros**

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI, SELIC e IPCA, e as taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e debêntures estão vinculadas à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), Taxa Referencial (TR) e Certificados de Depósito Interbancário (CDI).

## Notas Explicativas

### d) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de caixa e bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

### e) Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia poderão sofrer variações decorrentes da volatilidade da taxa de câmbio em função das obrigações que a mesma assumiu quando da assinatura do Aditivo, particularmente, com relação à aquisição de carros metrô, conforme detalhado na nota explicativa 14, considerando-se que os carros foram adquiridos no mercado externo. Adicionalmente, de acordo com as informações prestadas nas notas explicativas 4 e 13, a Companhia possui aplicações financeiras e empréstimos no exterior, respectivamente.

### f) Operação de instrumentos financeiros derivativos

A Companhia adota uma política conservadora em relação a derivativos, fazendo uso desses instrumentos somente quando há necessidade de proteção de passivos, sejam de natureza operacional ou financeira, ou ainda, eventualmente, de algum ativo. Adicionalmente, os valores destas operações são dimensionados e limitados para cumprir apenas com esses passivos, ou, como exposto, eventualmente algum ativo, vedada a alavancagem através de tais operações. Em 31 de março de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía as seguintes operações com característica instrumentos financeiros derivativos:

Operação	Ativo/passivo	Entidade	Vencimento	Valor de referência	Posição ativa	Posição passiva	Valor justo diferencial a receber/ (pagar)	31/12/2017
								Curva diferencial a receber/ (pagar)
<i>Swap</i>	USD/CDI	Citibank	12/03/2018	120.000	111.622	131.933	20.641	20.311
							Passivo circulante	20.311

#### *Liquidado*

Operação	Ativo/passivo	Entidade	Vencimento	Valor de referência	Posição ativa	Posição passiva	Valor justo diferencial a receber/ (pagar)	30/06/2018
								Curva diferencial a receber/ (pagar)
<i>Swap</i>	USD/CDI	Citibank	12/03/2018	120.000	110.753	134.348	23.595	23.595
							Passivo circulante	23.595

## Notas Explicativas

Em 11 de março de 2016, foi firmado um Aditivo ao Contrato de Abertura de Crédito entre o MetroRio e o banco Citibank, no valor US\$37,736.

Para proteção desta operação foi contratado um SWAP no mesmo valor a uma taxa de R\$3,71 por cada US\$1, a variação no resultado provisionado do SWAP está diretamente ligada a flutuação da taxa do Dólar.

Em março de 2018, o aditivo supracitado, assim como o swap, foram liquidados, conforme quadro demonstrativo ilustrado acima.

### g) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

No quadro abaixo, são considerados: (i) três cenários, sendo o cenário considerado provável pela Companhia e (ii) cenários variáveis chaves com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, a CVM através da Instrução nº 475, de 17 de dezembro de 2008, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o requerimento da CVM.

As taxas consideradas foram:

<b>Referência para ativos e passivos financeiros</b>	<b>Cenário provável</b>	<b>Cenário A</b>	<b>Cenário B</b>
TJLP (% ao ano)	6,66%	5,00%	3,33%
TR Passivo(% ao ano)	0,10%	0,13%	0,15%
DI Ativo (% ao ano)	6,54%	4,91%	3,27%
DI Passivo (% ao ano)	6,54%	8,18%	9,81%
IPCA(% ao ano)	4,03%	3,02%	2,02%
SELIC(% ao ano)	6,54%	4,91%	3,27%
Taxa de câmbio média (R\$/US\$)	R\$ 3,70	R\$ 2,78	R\$1,85

Fontes de informação: BACEN, CETIP e FGV.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

<b>Operação</b>	<b>Risco</b>	<b>30/06/2018</b>	<b>Cenário provável</b>	<b>Cenário A</b>	<b>Cenário B</b>
Ativos financeiros					
Equivalente de caixa					
Certificados de depósitos bancários – CDB	DI	17.292	1.131	848	565
Fundo cambial exclusivo	Dólar	56.227	15.196	20.262	30.393
Fundo MOVER					
Letras financeiras do tesouro	SELIC	138.315	9.046	6.784	4.523
Títulos públicos federais – Tesouro Nacional	IPCA	13.959	913	685	456
Certificados de depósitos bancários – CDB	DI	14.677	591	444	296
Aplicações financeiras não circulante					
Certificado de depósitos bancários - CDB	DI	3.497	229	172	114
<b>Total ativos financeiros</b>		<b>243.967</b>	<b>27.106</b>	<b>29.195</b>	<b>36.347</b>
Empréstimos e financiamentos					
BNDES	TJLP	229.088	15.257	11.443	7.629
Financiamento CEF	TR	239.260	239	299	359

## Notas Explicativas

Debênture LAMSA (CEF)	TR	114.519	115	143	172
Debênturista I	DI	559.373	36.583	45.729	54.874
Aplicação financeira vinculadas (*)	DI	(25.061)	(1.639)	(1.229)	(819)
		<u>1.117.179</u>	<u>50.555</u>	<u>56.385</u>	<u>62.215</u>

(\*) Apresentada no passivo para refletir a intenção da Companhia em liquidar os seus passivos financeiros.

### h) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	Controladora		Consolidado
	30/06/2018	31/12/2017	31/12/2017
Empréstimos e financiamentos	443.287	594.055	594.055
Debêntures	373.892	403.107	403.107
Caixa e equivalentes de caixa	(194.789)	(58.213)	(58.213)
Aplicações financeiras	(59.724)	(47.943)	(47.943)
Dívida líquida	562.666	891.006	891.006
Patrimônio líquido	1.353.402	1.343.853	1.343.853
Patrimônio líquido e dívida líquida	1.916.068	2.234.859	2.234.859

### i) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

## 24. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	Controladora		Consolidado
	30/06/2018	31/12/2017	31/12/2017
Aquisição de imobilizado e intangível ainda não liquidada financeiramente (Fornecedores e partes relacionadas)	1.862	12.324	12.324

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

09/agosto/2018

À: Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio

At.: Acionistas, Conselheiros e Administradores

Ref.: Relatório de Revisão do Auditor Independente nº REL-XXXX-2018

Prezados Senhores,

Pela presente, encaminhamos aos cuidados de V.S.as o Relatório de Revisão do Auditor Independente sobre as Informações Contábeis Intermediárias referente ao período findo em 30 de junho de 2018.

Atenciosamente,

Ana Cristina Linhares Areosa

Sócia de Auditoria

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio

Relatório de Revisão do Auditor Independente acompanhado das Informações Contábeis Intermediárias

Em 30 de junho de 2018

Índice

Página

Relatório de revisão do auditor independente sobre as

informações contábeis intermediárias 3

Informações contábeis intermediárias 5

Notas explicativas da Administração às informações contábeis

intermediárias para o período findo em 30 de junho de 2018 11

Relatório de Revisão do Auditor Independente sobre as Informações Contábeis Intermediárias

Aos:

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três e seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional "IAS 34 - Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board (IASB)", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da Entidade e "ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa conclusão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

#### Ênfase

##### Investigações do Ministério Público envolvendo acionistas e partes relacionadas

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.2 às intermediárias informações contábeis intermediárias que informa que desde setembro de 2016 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação Greenfield, e que envolvem a Controladora, acionistas da Controladora e partes relacionadas da Companhia. Até o presente momento não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas conseqüências futuras. As intermediárias informações contábeis intermediárias da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir dessas investigações. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

#### Outros assuntos

##### Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 09 de agosto de 2018.

Ana Cristina Linhares Areosa

CT CRC RJ-081.409/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1 "S" - RJ

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia (controladora e consolidado) do período de seis meses findo em 30 de junho de 2018.

A DIRETORIA

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de revisão da Grant Thornton Auditores Independentes, emitido em 11 de maio de 2017, referente às demonstrações financeiras da Companhia (controladora e consolidado) do período de seis meses findo em 30 de junho de 2018.

A DIRETORIA